



INSTITUTO SUPERIOR DAS CIÊNCIAS DO TRABALHO E DA EMPRESA

Departamento de História e Departamento de Antropologia

A COLECÇÃO HENRIQUE DE CARVALHO DA
SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DE LISBOA À LUZ DE UM
PLANO DE ESTUDO e CONSERVAÇÃO E RESTAURO

Lia Santos Jorge

Tese submetida como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Museologia – Conteúdos Expositivos

Orientadora:

Professora Doutora Maria Manuela Cantinho Pereira

Setembro 2008

RESUMO

Esta dissertação aborda o *plano estudo* e o *plano de conservação curativa e restauro* (PCCR) implementados na colecção Henrique de Carvalho do Museu Etnográfico da Sociedade de Geografia de Lisboa. São descritas as principais actividades desenvolvidas (estudo do contexto histórico, político, e sociocultural de recolha da colecção; estudo de materiais e tecnologias presentes nos objectos; avaliação de estado de conservação e intervenção curativa nos artefactos) e respectivos resultados.

Este trabalho confirmou a importância dos estudos museológicos no campo dos bens etnográficos e da sua articulação com um plano de conservação e restauro. Esta articulação é essencial para a produção e divulgação de conhecimento válido sobre este tipo de material, bem como para a integridade e sobrevivência a longo prazo dos artefactos

PALAVRAS - CHAVE

Colecções etnográficas, viagens de exploração científica, comércio, Lunda, Chokwe, Congo, século XIX, Angola, materiais e tecnologias, estudos museológicos, conservação e restauro.

ABSTRACT

This dissertation deals with the work developed around the Henrique de Carvalho collection at the Museu Etnográfico da Sociedade de Geografia de Lisboa. This consisted of a *study plan* and an *interventive conservation plan*, the main tasks and results being thoroughly described. These included studying the artefacts's recollection context (both historical and political, as well as social and cultural); studying the artefacts at material and technological level; evaluating their condition and applying appropriate conservation solutions of an interventive nature.

This dissertation confirms the importance of museological studies within the field of ethnographic collections, and the need to articulate them with a conservation plan in order to produce and exhibit valid knowledge on this type of material, as well as to secure the objects integrity and longevity.

KEY-WORDS

Ethnographic collections, scientific expeditions, commerce, Lunda, Chokwe, Kongo, 19th century, Angola, materials and technologies, museological studies, conservation.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de aproveitar para agradecer a uma série de pessoas e instituições sem as quais esta dissertação nunca teria chegado a bom termo.

À Sociedade de Geografia de Lisboa e a todos quantos lá trabalham por tão bem me terem recebido nesta sua “casa”, e pelo auxílio prestado em todos os passos do caminho.

À Dr^a Manuela Cantinho pelo conhecimento partilhado, pela inspiração constante e pelo apoio e estímulo inabaláveis ao longo dos últimos seis meses.

Ao Instituto Superior das Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE), e sobretudo aos docentes que nos acompanharam nos últimos dois anos. Pelo entusiasmo, pelo espaço para a descoberta, e pelo saber largamente dispensado.

À família e aos amigos (comunidade Lisboa – Porto - Londres) pelas conversas longas e crença ainda maior. É verdade, valeu mesmo a pena.

ÍNDICE

<u>1. Introdução</u>	8
<u>2. Metodologia</u>	9
<u>3. A Expedição Henrique de Carvalho</u>	13
<u>3.1 Contexto histórico</u>	13
3.2 Os Intervenientes	16
3.2.1 Os Lunda, Chokwe e Congo.....	21
3.2.2 Os Comerciantes.....	28
3.2.3 Os Exploradores.....	32
4. A Colecção	33
4.1 Objectos Materiais	34
<u>4.2 Apropriação de Materiais, Tecnologias e Tipologias Europeias</u>	44
<u>4.2.1 Miluina (Adorno de cabeça)</u>	49
<u>4.2.2 Ca-pata/Cadifanda (Polvorinho)</u>	54
<u>4.2.3 Ruto/Luto (Conjunto de Colheres)</u>	55
<u>4.2.4 Péxi (Conjunto de cachimbos)</u>	56
<u>4.2.5 Ma-canha/Ru-anda (Embalagem de tabaco)</u>	59
<u>4.2.6 Lucano-Lua-Muano (Cruzetas de cobre)</u>	60
<u>5. Conservação e Restauro da Colecção</u>	62
<u>5.1 Estudo Preliminar</u>	63
<u>5.2 Plano de Conservação Curativa e de Restauro (PCCR)</u>	71
<u>5.2.1 Intervenções Realizadas</u>	71
5.2.2 Questões Éticas	79
6 Conclusão	80
<u>7. Bibliografia</u>	82
8. Anexos	86

ÍNDICE DE IMAGENS

<u>Fig. 1 O chefe da expedição, Henrique de Carvalho, o subchefe Agostinho Sisnando Marques e o ajudante Manuel Sertório Almeida Aguiar</u>	16
<u>Fig. 2 Visita da princesa Mutumbo a Henrique de Carvalho</u>	17
<u>Fig. 3 Trajecto da expedição de Henrique de Carvalho à Lunda entre 1884 e 1888</u>	19
<u>Fig. 4 Mapa dos principais grupos culturais referidos e sua localização</u>	26
<u>Fig. 5 Estatuetas <i>nkisi</i> da colecção Henrique de Carvalho</u>	27
<u>Fig. 6 Mapa da progressão do comércio de escravos em Angola</u>	29
<u>Fig. 7 Caravana mercantil em Dondo no início do século XX</u>	31
<u>Fig. 8 Artefactos de Malange representados em gravura na <i>Etnographia e História Tradicional dos Povos da Lunda</i></u>	37
<u>Fig. 9 Objectos recolhidos reproduzidos em fotografia no <i>Álbum de Fotografias da Expedição Portuguesa ao Muatiânvua</i></u>	38
<u>Fig. 10 Retrato do Muatiânvua Quibuinza Yanvo utilizando a sua <i>miluina</i></u>	39
<u>Fig. 11 Retrato do Muatiânvua Quibuinza Yanvo utilizando o seu <i>i-bei-nhe</i></u>	40
<u>Fig. 12 Visão de conjunto de alguns objectos da colecção Henrique de Carvalho</u>	41
<u>Fig. 13 Parte de grupo diplomático enviado pelo muatiânvua Quibuinza Yanvo ao governador Português em Luanda</u>	46
<u>Fig. 14 <i>Miluina</i> (Adorno de cabeça)</u>	49
<u>Fig. 15 Aro de miluína (<i>Mútu n'a culún-bi</i>)</u>	50
<u>Fig. 16 Pormenor de miluína: missangas e tecido de algodão</u>	53
<u>Fig. 17 Pormenor de contas inseridas nas pontas dos pendentés da miluína</u>	53
<u>Fig. 18 <i>Ca-pata</i> (Polvorinho)</u>	54
<u>Fig. 19 <i>Ruto</i> (colher)</u>	56
<u>Fig. 20 <i>Péxi</i> (cachimbos)</u>	57

<u>Fig. 21 Pomenor do cachimbo de maiores dimensões: forninho em madeira entalhada (à esquerda) e revestimento metálico do depósito (à direita).....</u>	<u>57</u>
<u>Fig. 22 Pormenor do revestimento do tubo do cachimbo de maiores dimensões: missangas e anéis de tecido recobertos com missangas.....</u>	<u>58</u>
<u>Fig. 23 <i>Ma-canha</i> (Tabaco).....</u>	<u>59</u>
<u>Fig. 24 <i>Lucano – hua – muano</i> (Cruzeta de Cobre).....</u>	<u>60</u>
<u>Fig. 25 <i>Ca-txi-tai</i> (caixa de miudezas).....</u>	<u>65</u>
<u>Fig. 26 Remoção de produtos de corrosão de depósito de cachimbo: antes e depois.....</u>	<u>74</u>
<u>Fig. 27 Remoção de camada de goma laca de superfície de cofre de miudezas: antes e depois.....</u>	<u>75</u>

1. Introdução

A presente dissertação tem como objecto de trabalho a Colecção Henrique de Carvalho do Museu Etnográfico da Sociedade de Geografia de Lisboa (SGL). Composta por 56 objectos de proveniência Africana (com especial incidência para os grupos culturais Lunda, Chokwe e Kongo), a colecção foi recolhida pelo explorador português Henrique Augusto Dias de Carvalho (1843 - 1909) durante a sua expedição à região da Lunda, no Leste de Angola, entre 1884 e 1888.

O acesso à colecção Henrique de Carvalho tornou-se possível no contexto de um projecto em curso no museu, sob o mote *A colecção Henrique de Carvalho: museologia e construção de saberes nos finais do séc. XIX – EXPLORA*. Com início em 2005, este projecto prevê o levantamento e estudo do espólio documental e colecções museológicas associados à viagem de exploração de Henrique de Carvalho. O projecto prevê igualmente a realização de uma exposição sobre a expedição na SGL, o que obrigou a uma reavaliação do estado de conservação dos artefactos que compõem a colecção recolhida pelo explorador para esta instituição.

A participação neste projecto suscitou algumas questões, a que procuraremos responder com o presente trabalho, nomeadamente:

- Em que medida o contexto histórico, político, cultural, social e comercial dos finais do séc. XIX em Angola determinaram as condições e critérios de recolha da colecção?

- Quais foram os principais intervenientes na formação da mesma? Em que medida determinaram as especificidades e características deste conjunto de objectos?
- Quais são os materiais e tecnologias presentes nos artefactos e de que forma são eles reveladores ou produto de trocas e contactos entre os vários intervenientes?
- Que tipo de informação pode uma análise material e estrutural dos objectos proporcionar-nos sobre a colecção?
- Como abordar esta colecção em termos de conservação e restauro dados os sinais de uso que a incorporam?
- Qual a importância da conservação e restauro de bens etnográficos e quais as suas especificidades?
- Finalmente quais os principais problemas de conservação encontrados e respectivas soluções e de que modo podem os dois pontos acima enunciados influenciar as decisões de conservação e restauro?

A resposta a estas questões implicará a consulta da documentação relativa à colecção e o seu cruzamento com bibliografia referente ao contexto de formação da mesma, às colecções etnográficas coloniais do século XIX e aos materiais e tecnologias presentes nos objectos. Será igualmente necessária a consulta de bibliografia sobre problemas de conservação e restauro específicos identificados nos artefactos e questões éticas associadas à conservação e restauro de bens etnográficos, de forma a informar as intervenções curativas que terão lugar. Estas serão pensadas de acordo com as necessidades e problemas específicos de cada objecto.

Todas as fases do trabalho serão alvo de cobertura fotográfica e assim registadas para a posterior consulta.

Acreditamos que este conjunto de acções conduzirá à revelação de novos aspectos sobre este conjunto artefactual, permitindo uma releitura do mesmo. Paralelamente, melhorar-se-á consideravelmente o estado de conservação em que os objectos se encontram, e dar-se-á o primeiro passo para uma reformulação das condições – físicas e ambientais - de acondicionamento da colecção, que muito podem influir na sua preservação a longo prazo.

Segue-se a apresentação da metodologia adoptada neste trabalho.

2. Metodologia

De forma a atingir os objectivos propostos pelo presente trabalho, considerámos necessário desenvolver duas linhas de acção constituídas por um *plano de estudo* e por um *plano de conservação e restauro*.

Necessitávamos compreender o contexto histórico, sócio-cultural e comercial, que influenciou os critérios de formação, bem como, as condições de recolha que permitiram e ajudaram à interpretação funcional do conjunto. Dados essenciais à obtenção de um conhecimento o mais aprofundado possível da colecção ao nível dos materiais e técnicas de construção para posterior intervenção e preservação dos objectos.

Tal como defende Chris Caple este conhecimento é essencial não só para a devida contextualização e interpretação dos objectos, mas também para informar opções de futuras intervenções de conservação e restauro. Segundo ele, o processo de conservação e restauro de qualquer objecto assenta necessariamente em três conceitos indissociáveis, o chamado RIP (*Revelation, Investigation, Preservation*):

- 1) **Revelação** do objecto consiste na limpeza e exposição do mesmo, de forma a revelar as suas características formais e funcionais;
- 2) **Investigação**, ou seja, a compreensão do objecto ao nível da sua estrutura, técnica de construção, materiais, função, significados e o ambiente em que deverá ser preservado.
- 3) **Preservação** através da qual, se procura impedir a deterioração do objecto, com a implementação de uma série de medidas preventivas e a aplicação de processos de estabilização de carácter curativo.

Tanto a Revelação como a Preservação são impossíveis sem a Investigação - porque só um conhecimento o mais completo possível do artefacto permite identificar aquilo que deve ser revelado e preservado.

Neste sentido, o primeiro passo do nosso trabalho consistiu na delimitação de um *plano de estudo*, dentro de uma grelha temporal definida (Junho a Novembro de 2007), no decurso do qual se procedeu a um extenso levantamento documental e bibliográfico sobre o tema em estudo.

Numa primeira fase, após o levantamento e avaliação preliminar dos objectos que constituem a colecção do museu da SGL, procedeu-se à análise de bibliografia e documentação referentes à expedição de Henrique de Carvalho à Lunda, nomeadamente:

- a) A obra escrita pelo explorador sobre a expedição - a *Ethnographia e Historia Tradicional dos Povos da Lunda* (1890), a qual se revelou extremamente útil para definir as condições de recolha dos objectos e as opções tomadas pelo explorador na componente de recolha etnográfica ou a prevalência de insígnias de poder e objectos de uso doméstico no conjunto enviado para a SGL. A obra foi ainda essencial para a compreensão de alguns artefactos, que nela se encontram descritos e/ou reproduzidos, nomeadamente ao nível de fabrico, funcionalidade e significados, o que permitiu uma identificação mais segura dos mesmos.
- b) O *Álbum de Fotografias da Expedição Portuguesa ao Muatiânvua 1884/1888* (1890), com fotografias de Manuel Sertório de Almeida Aguiar e legendas de Henrique de Carvalho. Útil sobretudo na identificação de alguns objectos.
- c) O relatório apresentado pelo explorador à SGL na conclusão da sua viagem.
- d) O *Catálogo Especial* (Fig. 2) da colecção, publicado pela SGL em 1896, onde o explorador explica detalhadamente o modo de fabrico, função e significado de todos os objectos recolhidos. Paralelamente, este documento permitiu-nos entrever a dimensão original do acervo, tornando-se claro que vários objectos mencionados se terão perdido no decurso da história da colecção.

Uma vez aprofundados os motivos subjacentes à viagem, bem como os seus principais objectivos e características, considerou-se necessário integrá-la no contexto mais lato das viagens de exploração científica em África em finais do século XIX, sobretudo as realizadas no mesmo período e região pelos alemães Max Buchner (1878 – 1882) e Hermann von Wissman (1881 – 1884), dada a semelhança entre o tipo de objectos recolhidos por Henrique de Carvalho e estes exploradores.

Finalmente, e de forma a obter-se uma completa contextualização da colecção, procedeu-se à consulta de bibliografia sobre o contexto político e comercial de Angola e especificamente da Lunda em finais de Oitocentos, tendo em vista a compreensão do contexto político e económico em que a expedição se realizou.

Na linha de outros trabalhos científicos do mesmo âmbito, optou-se por utilizar a nomenclatura *ambaquista* (kimbundu com ortografia portuguesa, utilizado pelos comerciantes ou *ambaquistas* no interior de Angola em finais do século XIX) para registar todos os conceitos e nomes Africanos. Esta opção justifica-se pela importância desempenhada pelos referidos comerciantes neste contexto – eram eles os principais conhecedores dos caminhos do interior, e a maior parte da documentação portuguesa relativa àquela zona e período histórico apresenta efectivamente a nomenclatura *ambaquista*. O próprio Henrique de Carvalho a utiliza largamente na sua obra, tornando-se o recurso à nomenclatura *ambaquista* essencial para garantir a homogeneidade formal do trabalho.

Uma vez cumpridos os objectivos do *plano de estudo*, procedeu-se à definição de um *plano de conservação curativa e de restauro* (PCCR) da colecção.

Dado que a colecção nunca foi alvo de uma acção concertada de conservação e restauro, sendo que apenas alguns objectos foram submetidos a intervenções pontuais, revelou-se necessária uma avaliação global do estado de conservação deste conjunto, de modo a permitir identificar os principais problemas existentes (ex: degradação de materiais; instabilidade estrutural; ataque biológico). A partir desse ponto houve que encontrar as soluções apropriadas a cada caso, garantindo que o seu manuseamento e exposição fossem realizados com segurança.

O PCCR foi preparado tendo em conta as tendências actuais da conservação e restauro de bens etnográficos, nomeadamente as questões éticas postas à intervenção

neste tipo de material; e ainda pela já referida análise formal, material e cultural dos objectos da colecção, acompanhada de pesquisa bibliográfica sobre os mesmos (incluindo origem, função, materiais constituintes, técnicas de construção, e significado).

Uma vez concluído o levantamento e estudo dos objectos que compõem a colecção, passámos à realização dos trabalhos de conservação e restauro, cujas tarefas passamos a referir:

1. Avaliação do estado de conservação de cada objecto e preenchimento do respectivo relatório.
2. Preenchimento de uma ficha de proposta de intervenção.
3. Realização da intervenção e preenchimento do respectivo relatório

Todas as tarefas foram acompanhadas por levantamento fotográfico, registando-se as diferentes fases da intervenção e os seus resultados.

As acções de conservação e restauro tiveram início em Novembro de 2007, encontrando-se neste momento em curso. Até ao momento, foram avaliados e intervencionados 17 objectos. Toda a documentação relativa às mesmas foi integrada num *dossier de conservação e restauro*, disponível para consulta.

3. A Expedição Henrique de Carvalho

3.1 Contexto histórico

Em finais de Oitocentos, face à investida das restantes potências Europeias, Portugal vê ameaçados os seus territórios Africanos, cuja ocupação se limitava à costa e que assentava tradicionalmente na invocação dos “direitos históricos”.

Sem meios militares ou económicos que lhe permitam ombrear com os restantes competidores, desperta no Estado português a consciência do “apertado cerco que nos estão pondo as principais nações da Europa (...), mantendo na costa bloqueios e (...) nas zonas centrais, insinuando-se no ânimo dos chefes indígenas, arrancando-lhes

contratos de que eles não têm consciência, apossando-se das suas terras e fazendo convergir para os portos náuticos os seus produtos comerciais; e nós, Portugueses (...) ficaremos apenas com as paragens mais insalubres nas vertentes oceânicas (...)"

Através do estabelecimento da navegação a vapor nos rios das regiões centrais e da construção de caminhos-de-ferro, as grandes potências europeias tornam desnecessárias as vias terrestres tradicionais do interior para a costa, cortando as principais fontes do comércio português. Estas medidas haviam sido precedidas por várias expedições científicas, como as expedições Alemãs e Belgas que se dirigiram para a Lunda na segunda metade do século XIX.

Assim, "Em 1884 a navegação no Cassai e no Zaire, apoiada por estações belgas e alemãs, começava já a desviar para as regiões setentrionais parte do comércio que antes se dirigia para Malanje.", o que significou um decréscimo significativo no volume comercial de Luanda.

Alarmado pelo curso dos acontecimentos, o governo Português empenha-se a partir de 1884 na construção de um caminho-de-ferro que ligasse Luanda a Ambaca, um conhecido entreposto comercial entre o interior de Angola e a costa. Procurava-se sobretudo estabelecer laços comerciais directos com o império Lunda, fonte tradicional de matérias-primas (cera, marfim, borracha), e que até então se encontrava isolado, alvo de um bloqueio exercido por parte dos Mbangala. Estabelecidos na região de Cassanje, estes impediam um contacto directo com os Europeus, ao assumirem-se como intermediários comerciais entre os *sertanejos* e o território do Muatiânvua.

É precisamente neste contexto que surge, em 1884, a viagem do militar Henrique Augusto Dias de Carvalho (1843 - 1909) à Lunda. A expedição foi promovida pelo governo português, com o apoio da Sociedade de Geografia de Lisboa (SGL).

Várias instituições científicas, de diversos países europeus, promoviam uma política de exploração geográfica que vinha ao encontro das pretensões políticas de ocupação dos territórios africanos. Nesse sentido, era necessário proceder a um reconhecimento do terreno e dos caminhos, sendo a expedição apetrechada com "instrumentos científicos" que a auxiliariam a aumentar e rectificar as informações que existem das regiões africanas por onde transitar, estudando igualmente os meios práticos e mais fáceis de assegurar e desenvolver as relações comerciais entre os territórios e

portos das província de Angola e os povos sujeitos ao domínio do Muata Ianvo.(João de Carvalho 1975 : 122)

Relativamente ao Muatiânvua, pedia-se que este fosse persuadido a celebrar um tratado de amizade e comércio, em que consigne a necessária autorização e protecção por ele dada ao estabelecimento e fixação, junto do mesmo potentado, de uma missão civilizadora, religiosa e comercial dirigida por um “residente político” permanente, e de algumas feitorias a que ele igualmente dê as devidas garantias de segurança. (Idem: 120)

As instruções deixam porém claro que estas condições deviam servir sobretudo os interesses dos comerciantes e representantes Portugueses. Deixa-se assim entrever um clima de competição com outras potências europeias, que nesta época procuravam desviar as rotas comerciais para norte, excluindo os Portugueses de um comércio lucrativo.

Da parte da SGL, esperava-se certamente que da expedição à Lunda resultassem descrições minuciosas das zonas percorridas, com a elaboração de mapas, fotografias e recolha de informação de interesse científico – uma intenção consagrada nas instruções da expedição, onde se refere a necessidade de recolher espécimes e exemplares geológicos, botânicos e zoológicos.

A observação e recolhas etnográficas não são, assim, referidas. O explorador tê-las-á conduzido sobretudo por sua iniciativa.

Henrique de Carvalho procura ainda associar à empresa os capitalistas e industriais de Lisboa e Porto, cujos interesses comerciais seriam estabelecidos no terreno e assegurados pelos tratados e estações civilizadoras. Estes apoiaram a expedição através do envio de mercadorias excedentárias, utilizadas nas trocas comerciais com os africanos.

A expedição partiu do entreposto comercial angolano de Malanje em Julho de 1884. Era chefiada por Henrique de Carvalho, militar com vasta experiência colonial, e tinha como subchefe o major Agostinho Sisnando Marques, farmacêutico e ex-director do Observatório Meteorológico de S. Tomé. Seguia também como ajudante o tenente Manuel Sertório de Almeida Aguiar (ver fig. 1), bem como os indispensáveis carregadores recrutados localmente e alguns *ambaquistas*, que operavam sobretudo como guias e intérpretes .

O itinerário foi delineado em Malanje pelos irmãos Custódio e Saturnino de Sousa Machado, comerciantes sertanejos de longa data e por isso conhecedores dos caminhos do interior. Foi sugerido um “caminho novo pelo nordeste que, partindo de Malanje, ia atingir o rio Cuango na zona de confluência com o rio Lui, seguindo daí para o Cassai.” que se afastava “dos caminhos antigos, cujos habitantes (...) punham dificuldades ao trânsito.” Desse ponto seguiria para sul, em direcção à Mussumba (ver fig. 3).



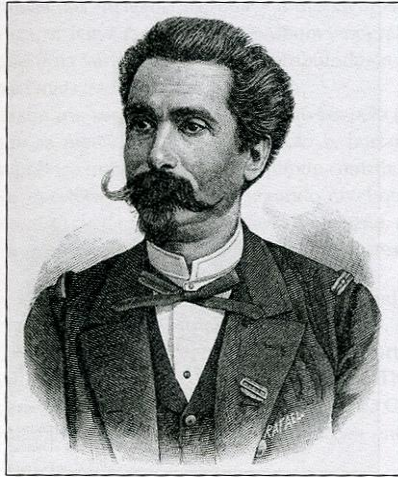


Fig. 1 - O chefe da expedição, Henrique de Carvalho (em cima), o subchefe Agostinho Sisnando Marques (à esquerda) e o ajudante Manuel Sertório de Almeida Aguiar (à direita)
(FONTE: Pereira, *O Museu Etnográfico da Sociedade de Geografia de Lisboa...* p.349 e 367-368)

A expedição avançou dividida em duas secções, dirigidas respectivamente pelo chefe e pelo subchefe. Uma das secções seguia à frente, fundava uma “estação civilizadora”, e aí permanecia algum tempo, estabelecendo relações de confiança com os locais. Estações essas em que Henrique de Carvalho terá realizado parte das suas observações e recolhas etnográficas. Quando a primeira secção partia, chegava a segunda para dar continuidade ao trabalho.



Fig. 2 – Visita da princesa Mutumbo a Henrique de Carvalho

(FONTE: Pereira, *O Museu Etnográfico...*p. 382)

À medida que avança em direcção à Mussumba, Henrique de Carvalho apercebe-se de que o Império Lunda atravessa uma fase conturbada. Os entraves postos a partir de 1850 pelo Estado português ao tráfico de escravos em Angola foram um rude golpe para a economia Lunda, que dependia grandemente dessa actividade. Dividido por lutas de poder internas, o Estado Lunda via o seu território consideravelmente reduzido pela expansão para norte dos povos Chokwe.

Passados cerca de dois anos, em Janeiro de 1887, a expedição encontra-se finalmente na Mussumba. No dia 18 desse mês, “celebra-se um tratado pelo qual o Muatiânvua e a sua corte reconheciam a soberania de Portugal e se comprometiam a não aceitar nas suas terras outra bandeira”.

Este sucesso não foi, contudo, duradouro. Cinco dias após a assinatura do tratado, um grande fogo destruiu grande parte da *Mussumba*, levando à debandada de milhares de pessoas, incluindo a Corte Lunda.

rHenrique de Carvalho apercebe-se de que só lhe resta partir. Esperava-o uma longa viagem de regresso, em que a expedição tem de contornar diplomaticamente a agressividade dos Chokwe, e a cíclica falta de provisões e medicamentos. No decurso da viagem, iam chegando notícias inquietantes de Malange: no contexto da Conferência de Berlim, fora criado o Estado Independente do Congo (1884), o que significa a perda da região angolana do Lubuco para a Bélgica.

O explorador chega a Lisboa no Outono de 1887, altura em que apresenta os resultados da viagem, cujo tom prevalecente é de desilusão. Henrique de Carvalho está convencido de que Portugal não será capaz de contrariar o desmoronamento do império Lunda, e muito menos de competir com as restantes potências europeias. Porque agora “haviam de competir com quem possuía as próprias fábricas produtoras dos artigos de comércio, tinha facilidades de transportes marítimos, dispunha de navegação fluvial a vapor?” Chega inclusive a desenganar o então Ministro da Matinha e do Ultramar Manuel Pinheiro Chagas do seu projecto da construção do caminho de ferro de Ambaca, ao afirmar que os produtos procurados na Lunda – marfim e borracha – já não existem na região, mas sim para lá do Cassai, perto do equador.

Se os objectivos políticos e comerciais da expedição não tinham sido alcançados, ficara assegurada uma recolha de carácter etnográfico que testemunha ainda hoje uma visão muito particular sobre a Lunda dos finais do séc. XIX. Referimo-nos às colecções recolhidas, objecto do nosso estudo, à obra em oito volumes que publicou, à documentação de arquivo e ao *Album* de fotografias.

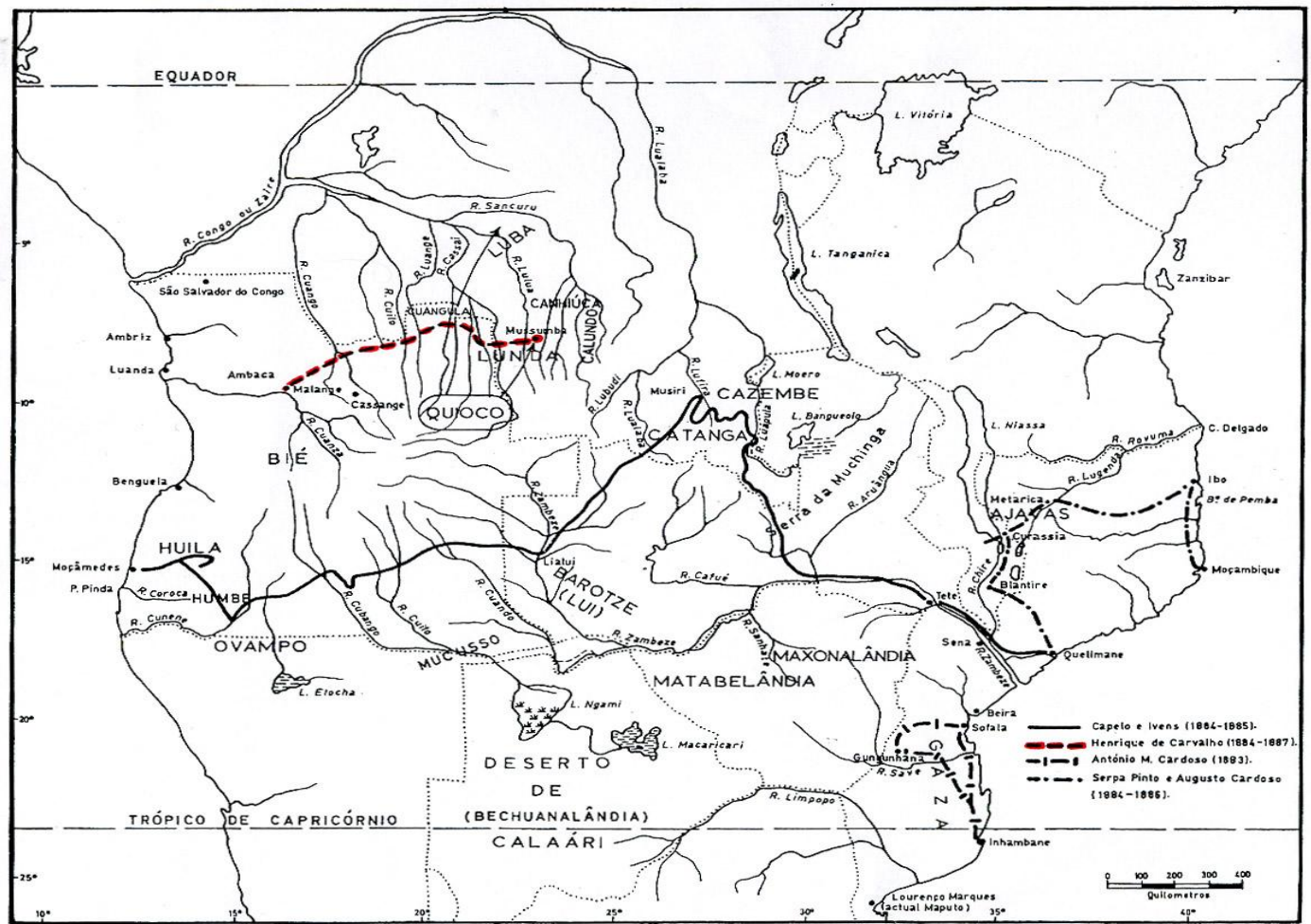


Fig. 3 - Trajecto da expedição de Henrique de Carvalho à Lunda entre 1884 e 1888 (assinalado a vermelho)

(FONTE: Santos, *Nos Caminhos de África...*p. 383)

3.2 - Os Intervenientes

A recolha e constituição da colecção Henrique de Carvalho, como de resto a de qualquer colecção museológica, são fruto de contextos económicos, políticos, sociais e culturais específicos. Do mesmo modo, os objectos que a integram não podem ser entendidos – ao nível da sua funcionalidade, materiais, técnicas de construção e significados - sem um conhecimento o mais completo possível das condições políticas, sociais, culturais e económicas e dos principais intervenientes que participaram na sua produção, troca e recollecção .

Autores como Gaynor Kavanaugh sustentem que o objecto etnográfico *em si* não deve ser tido como o único foco de interesse numa colecção – é igualmente importante compreender e registar aquilo que ele foi, representou, e em alguns casos ainda representa para os descendentes da comunidade de origem. Jay Jenkins vai mais longe, ao afirmar que um objecto etnográfico descontextualizado perde grande parte do seu significado, tornando-se uma mera “curiosidade” ou “antiqualha” – uma situação que só pode ser suprida por uma investigação e documentação cuidada das colecções. A investigação não pode assim limitar-se à análise de objectos isolados, exigindo a consulta de fontes e bibliografia complementares, de especialistas noutros campos e até do grupo cultural de origem ou seus descendentes.

Munidos destes princípios orientadores, procurámos elaborar um programa de estudo que, em traços gerais, abordasse o papel desempenhado, durante os finais do séc. XIX, pelos principais intervenientes na formação desta colecção. Referimo-nos sobretudo:

- a) Aos Lunda, Chokwe e Congo, que produziram e envolveram os objectos em estudo do seu significado e funções originais.
- b) Aos comerciantes africanos, europeus, luso-africanos ou luso-brasileiros responsáveis não só pela circulação de alguns produtos que compõem esses mesmos objectos, nomeadamente as missangas ou os panos, mas ainda como protagonistas de muitos dos contactos e trocas culturais seculares.

- c) Aos exploradores europeus, que a partir dos meados do século XIX intensificaram as viagens à Lunda, primeiro com um enfoque político e comercial e por último, com uma forte componente científica, da qual se destacaram as viagens levadas a efeito pelos exploradores alemães na segunda metade do século XIX, mas sobretudo a viagem empreendida pelo explorador português Augusto Dias Henrique de Carvalho (1843-1909) entre 1884 e 1888.

Como se verá, é da confluência e dos encontros/desencontros de todos estes intervenientes que a coleção Henrique de Carvalho adquire as suas características mais relevantes. Daí advém também a sua importância, enquanto reflexo não de uma mas de diversas realidades sociais, culturais, económicas e políticas, num momento de mudanças no equilíbrio de forças no interior de Angola.

3.2.1 Os Lunda, Chokwe e Congo

Devido à inexistência de registos escritos que precedem a presença Europeia - as primeiras referências aos Lunda ou *Moluas* surgem em textos portugueses do século XVIII - muito do que sabemos sobre a história da Lunda provém da tradição oral.

Os mitos referem a existência “(...) de um grupo anterior aos Lunda centrais, os Bungos, os quais só utilizavam material lítico. Os Lunda seriam os seus descendentes, mas é sobretudo necessário acreditar na recuperação de um laço genealógico destinado a confortar o direito de ocupação das terras pelos Lunda, que se manifestam fiéis a uma tradição: a ocupação de terras não pode fazer-se sem o acordo dos espíritos dos antepassados, dos mais velhos, que se tornam figuras religiosas. Podemos por isso aceitar o princípio de que a referência aos Bungos serve aos Lunda para afirmarem os direitos indiscutíveis às terras que ocupam.”

Em finais do século XIX, este grupo ocupava uma vasta mancha no nordeste do território Angolano, compreendida sensivelmente entre os rios Cuango e Cassai (ver fig.

4). A norte, no então Reino do Congo, encontravam-se povos do mesmo grupo cultural – os chamados Lunda centrais.

Pensa-se que os Lunda centrais submeteram os Bungos, prosseguindo depois para o nordeste de Angola, onde dominaram militarmente as populações locais, formando progressivamente um estado de grandes dimensões – o chamado Império Lunda – centrado na autoridade do soberano máximo ou *Muatiânvua* (“senhor de riquezas”).

O Império Lunda era uma estrutura político-administrativa complexa e centralizada, controlada a partir da *Mussumba* do *Muatiânvua*. Esta não era fixa, e mudando albergava o soberano e a sua corte.

A *Mussumba* exercia domínio sobre um mundo de pequenas e médias povoações, controladas por chefes locais. Estas pagavam tributo ao *Muatiânvua*, ao qual se encontram ligados por laços de parentesco reais ou fictícios. Este “parentesco perpétuo” era um mecanismo social de controlo poderoso entre os Lunda, assegurando a fidelidade ao Império através do temor imposto pelo culto devido aos antepassados.

Neste mundo extremamente hierarquizado, cada um tinha de marcar a sua posição (idade, estado civil, estatuto social) de uma forma visível e facilmente identificável. Na maior parte das culturas Africanas, essa função é desempenhada pelo vestuário, pelo adorno corporal e pelas insígnias de poder. No caso dos Lunda, diz-nos Henrique de Carvalho que “Usam estes povos de trajos, adornos, objectos de luxo, insígnias, amuletos, tatuagens e outras mutilações para enfeite (...).”

Segundo o explorador, os adornos usados entre os Lunda eram de três tipos:

Entre os objectos de adorno, há uns considerados como distintivos de autoridade; outros que se usam constantemente e de necessidade, em virtude de superstições, atribuindo-se-lhes o dom de afastarem malefícios, doenças, acidentes, e que podem classificar-se como amuletos; e outros finalmente que são adornos. Destes os que são de missangas e contaria simplesmente enfiada, e que facilmente se soltam, podem considerar-se como entre nós um pecúlio, e a que se recorre para satisfação de qualquer necessidade ou apetite inesperado, se lhes faltam outros recursos.(Carvalho 1890: 334)

Henrique de Carvalho refere ainda a prática da tatuagem e da mutilação dentária entre os Lunda. A tatuagem era segundo ele designada por

(...) *jimbage*, que ainda hoje se vê mais ou menos em todas as tribos, e que é o mesmo que os ingleses designam por *tattooing*. Consiste em picar a pele em

linhas ou desenhos e introduzir nela uma substância corante que os torne permanentes. Nos homens já este uso se vê menos que nas mulheres, e naqueles mais nos Quiocos que nos Lundas. (Carvalho 1890: 362 – 363)

A mutilação dentária, designada por *mazêu macussonga*, era generalizada na região, sendo visível:

(...) em um ou outro indivíduo de qualquer tribo, principalmente entre os Quiocos. (...) com um pequeno ferro cortante vão lascando os dentes pelos ângulos, de um lado e de outro, batendo nele com um outro ferro ou objecto sólido que se preste à percussão.(Carvalho 1890: 363-364)

Como se verá, a maior parte dos objectos recolhidos por Henrique de Carvalho provêm do grupo cultural Lunda e pertencem às tipologias dos adornos e insígnias de poder.

Os Chokwe são um povo aparentado dos Lunda. Em finais do século XIX, encontravam-se estabelecidos a sul destes entre os rios Cuanza e Cuangu (ver fig. 4), tendo durante largo tempo estado submetidos ao poder do império Lunda. Afirmaram-se progressivamente enquanto intermediários comerciais entre os Portugueses e os povos para lá da margem direita do rio Cuangu, o que foi reforçando lentamente a sua independência face ao império Lunda. Social e politicamente, organizavam-se de forma muito distinta da dos Lunda: o poder encontra-se disperso por vários “clãs”, fragmentado em unidades familiares, o que confere a este grupo humano uma grande flexibilidade e facilidade de movimentos.

Os Chokwe eram um povo errante, espalhando-se “por toda a parte, sendo travados a norte pelas autoridades belgas e a leste pelos ingleses, não procurando, em contrapartida, dirigir-se para as zonas orientais.” Ou seja, o seu movimento era progressivo e sempre em direcção a norte e a ocidente, “ao encontro dos Portugueses e do mar”.

Eram também empreendedores: começaram por produzir a cera e caçar o marfim que vendiam, na década de 1840, às caravanas africanas e luso-africanas que os visitavam no seu território. Mais tarde, tornaram-se comerciantes, vendendo os seus produtos e os dos seus vizinhos. Extremamente adaptáveis, aperceberam-se das necessidades do mercado, passando a produzir borracha quando esta se tornou mais

procurada, capturando papagaios cujas penas eram desejadas pelos Europeus ou empregando-se como carregadores nas caravanas. Produziam para além disso esculturas que vendiam aos Portugueses, como nos dá conta Silva Porto em 1861. Os Chokwe acabariam por superar os Mbangalas no seu papel de intermediários comerciais.

Em troca dos produtos que produziam e vendiam, os Chokwe adquiriam escravos, espingardas e pólvora. Os escravos eram sobretudo adolescentes e mulheres Lunda, que integravam a actividade produtora. No caso das mulheres, estas eram por vezes tomadas como esposas. As espingardas foram amplamente utilizadas na caça ao elefante, e os próprios Chokwe desenvolveram o conhecimento para as reparar e reciclar, o que diminuiu a sua dependência em relação aos fornecedores europeus.

Apesar do seu individualismo e da recusa de um poder centralizador, os Chokwe partilhavam muitos laços com os Lunda: para além do parentesco mítico e efectivo, as suas mulheres e mães eram em muitos casos Lunda. Rituais e preceitos da vida social eram decalcados dos Lunda, como o eram certas insígnias de poder e o herói mítico fundador Tshibinda Ilunga.

A fragmentação do poder Chokwe

(...)permitiu uma maior liberdade de acção dos indivíduos, ao passo que o poder central dos Lunda os tornou menos capazes de fazer face a um grupo decidido a obter a liberdade, destinada a assegurar a circulação dos homens e a levar a cabo operações comerciais sem estarem obrigados a dar conta de qualquer transacção. (Henriques 1997: 441)

Através de uma série de investidas militares, assentes na sua supremacia económica, os Chokwe acabaram por ocupar vastas áreas do território Lunda, sendo um dos factores mais decisivos para a queda do império do *Muatiânvua*.

No decurso da sua viagem, Henrique de Carvalho esteve, tal como já foi referido, em contacto com “comitivas” de comerciantes Congo.

Em finais do século XIX, os Kongo ocupavam uma vasta área ao longo do curso inferior do rio Congo, entre a chamada Pool Malébo (também conhecida por Stanley Pool) e o Oceano Atlântico. De norte para sul, estendiam-se entre o actual Gabão e o extremo norte de Angola (ver fig. 4).

Os Congo subdividem-se numa multidão de sub-grupos, unidos por uma língua, mitos de origem e sistema social - de clã matrilinear - comuns. Estes sub-grupos consideram-se descendentes do chamado “país do rei” (*Kôngo dià Ntotila*) ou “país do Congo” (*Nsi yà Kôngo*), estado formado a partir do século XIV e que na época do seu apogeu, entre os séculos XV e XVII, ocupava grande parte da bacia meridional do rio Congo. A capital (*Mbanza Kongo*) era o assento do soberano supremo ou *Mani Kongo* e da sua corte, que exercia o seu poder sobre seis províncias com maior ou menor grau de autonomia.

O Reino do Congo estabeleceu contactos muito precoces com os Portugueses. Os primeiros terão tido lugar em 1482, com o navegador português Diogo Cão, dando-se início a uma relação de intensas trocas comerciais, religiosas e diplomáticas com Portugal. Este reino Africano tornar-se-ia um dos principais fornecedores de escravos da costa Africana e a sua capital transformar-se-ia progressivamente num espaço verdadeiramente cosmopolita. Os comerciantes atraídos pelo tráfico negreiro são seguidos pelos missionários, pelos intérpretes e até por dignitários Europeus.

Durante o reinado de Mvemba Nzinga (1506 -1543), o Reino do Congo teria tendência para adoptar alguns aspectos da estrutura política, económica e administrativa Europeia em detrimento das formas tradicionais.

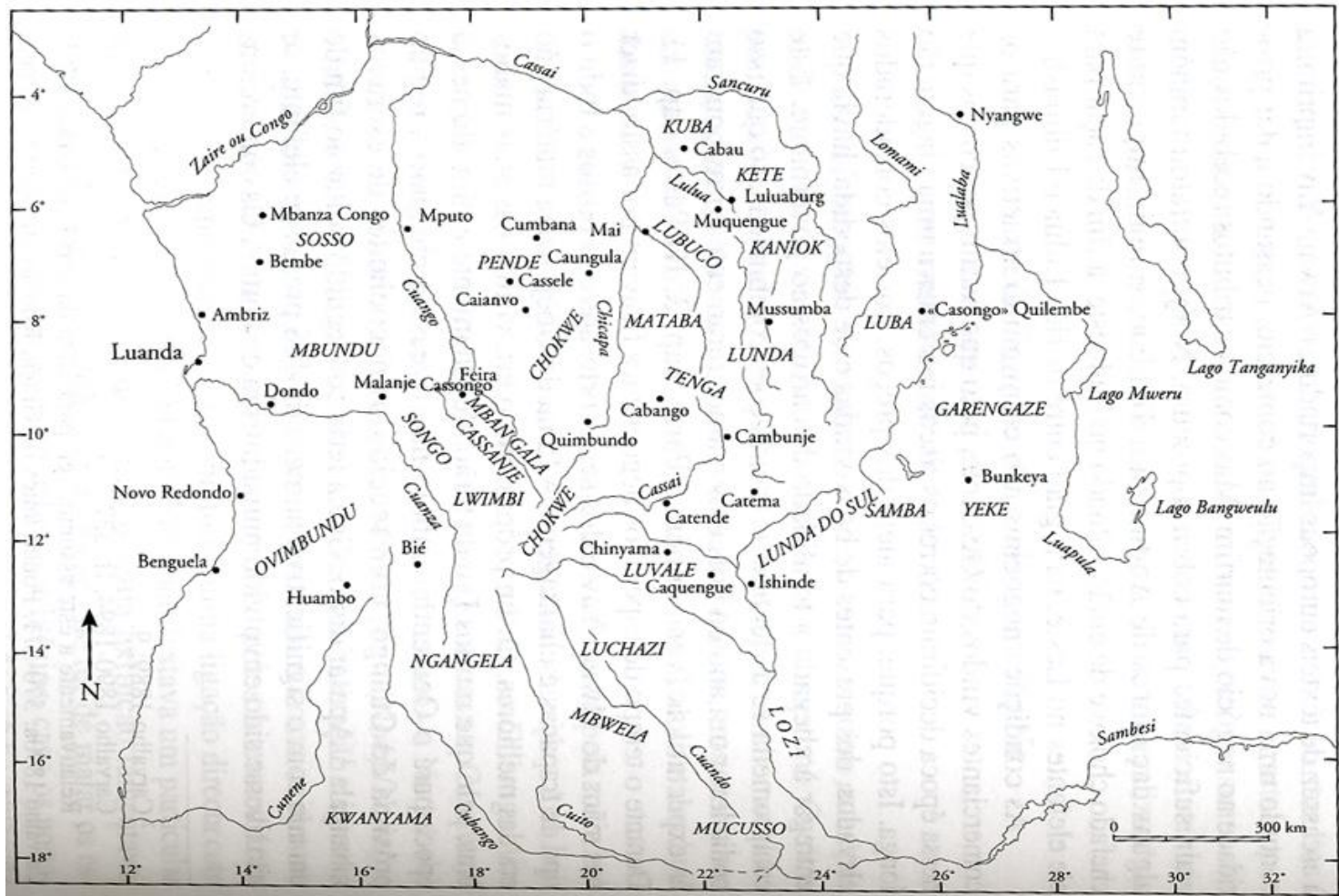


Fig. 4 - Principais grupos culturais referidos e sua localização geográfica

(FONTE: Heintze, *Pioneiros Africanos...*p. 302)

O próprio cristianismo viria a ser considerado, mesmo que só aparentemente, a religião oficial, com o baptismo do chefe Congolês Mvemba Nzinga, que passou desde então a ser conhecido como Afonso I. A capital do Reino do Congo foi também renomeada, passando a chamar-se São Salvador.

No decurso do século XVII, o Reino do Congo foi sendo afectado por crises de poder internas, e por confrontos com os Europeus. Estes terão sido provocados pelo crescimento exponencial do tráfico negreiro (de cujas consequências sociais os Congo rapidamente se apercebem), pela difícil integração da estrutura clânica tradicional no novo estado centralizado de influência europeia, e pelos conflitos entre os padres cristãos e as formas de culto tradicionais.

Os contactos estabelecidos com as “comitivas” de comerciantes Congo poderá justificar a recolha de alguns objectos pelo explorador, nomeadamente duas estatuetas *nkisi* (nº inv. 893) da colecção em estudo.



Fig. 5 - Estatuetas *nkisi* da colecção Henrique de Carvalho. A estatueta da direita, marcada com o nº de série 43C, poderá também ter

sido recolhida pelo explorador.

3.2.2 Os Comerciantes

Os comerciantes foram desde cedo o principal elo de ligação entre as zonas de ocupação portuguesa efectiva – situadas sobretudo na costa, e cujos casos paradigmáticos são Luanda e Benguela – limitadas e de carácter urbano; e o imenso interior de Angola, o chamado *sertão*, sob domínio dos potentados africanos. Jill Dias diz-nos que “o coração do poder administrativo português compreendia uma faixa de território entre os rios Cuanza e Dande, que se prolongava até cerca de 200km para o interior.” e que mesmo essa fronteira era muito instável. A área de ocupação portuguesa era irrigada sobretudo com degradados (criminosos comuns e políticos) vindos de Portugal e do Brasil, à qual se associou uma crescente população mestiça (os *pardos*, *mulatos* ou *filhos de país*). Muitos dedicavam-se ao comércio com as sociedades africanas do interior. A elite da colónia era composta pelos “mais ricos negociantes brancos e pelos oficiais do exército e da marinha destacados para a colónia”, acrescenta Dias.

Entre os séculos XV e XIX, o comércio de escravos assume-se como a espinha dorsal da economia angolana. O tráfico teve início no século XVI, com escravos provenientes da costa do Loango, e avançaria progressivamente para o interior nos séculos seguintes (ver fig. 6). Calcula-se que mais de dois milhões de pessoas terão sido exportadas da costa Angolana para as Américas entre os meados dos séculos XVII e XIX.

Os Portugueses, em séria desvantagem numérica, apercebem-se rapidamente de que não dispõem da força populacional nem militar necessária para dominar o território e assegurar um fluxo constante deste “produto”. A via comercial e diplomática afigura-se mais simples e proveitosa, procurando-se assim aliciar as estruturas políticas locais para o tráfico.

Nas palavras de Isabel Castro Henriques, os “chefes e seus conselheiros procuram utilizar os benefícios que lhes advêm deste comércio com os Europeus para

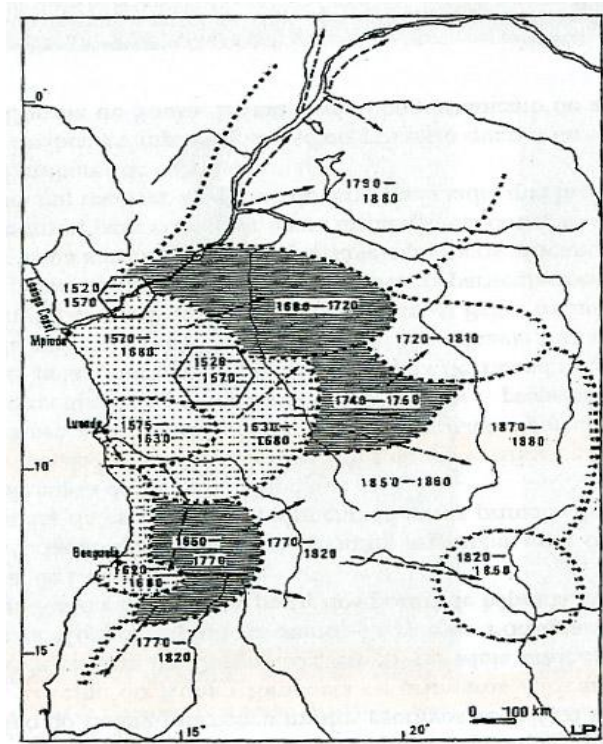


Fig. 6 – Progressão do comércio de escravos em Angola.

(FONTE: Medina e Henriques, *A Rota dos Escravos...*p.46)

consolidar os seus poderes, seja no plano simbólico, seja no plano mais estritamente económico.” Eventualmente, os Africanos estarão tão dependentes das mercadorias europeias que não poderão opor uma resistência concertada ao tráfico negreiro. No contexto deste trabalho, importa referir que o império Lunda era a principal fonte dos “escravos exportados de todo o litoral Angolano e de riqueza de todos os sistemas políticos africanos mais a oeste, incluindo a própria colónia portuguesa.”

Em busca dos escravos e depois do marfim, da cera ou da borracha, os comerciantes levavam para o interior os produtos manufacturados desejados pelas populações, o que variava muito de zona para zona. De um modo geral, estas procuravam os panos de algodão, as contas e missangas de vidro, as tachas de latão (também designadas por “pregos de estofador”) e o arame em latão, sal e tabaco, aguardente e pólvora, as linhas e agulhas de costura.

Estes produtos eram vistos como sinais de prestígio pelos africanos, e muitos deles (como é o caso das contas e missangas ou das tachas de latão) empregues na decoração de objectos igualmente prestigiosos, como se verá no capítulo seguinte.

As contas e missangas eram utilizadas como moeda – Henrique de Carvalho refere na sua obra sobre a Lunda que:

As mulheres que possuem estas riquezas (as contas e missangas) e mesmo os homens recorrem a elas muitas vezes, quando não têm outro recurso, tirando algumas missangas ou contas de que precisam para comprarem o seu pedaço de carne, peixe ou mesmo *malufo* ou *marre* (garapa). Tiram apenas as que são estritamente necessárias na ocasião. Sei que Mucanza (Muatiânvua interino) querendo comprar no Calânhi um pouco de sal para me mandar, tirara do cabelo quatro contas grandes apipadas.” (Carvalho 1890 : 334)

Sem nunca terem obtido o domínio político do interior (algo que só se verificará já em pleno século XX) os Portugueses dependem da negociação com os potentados e da colaboração dos próprios Africanos para assegurarem a sobrevivência do seu comércio. Dado o seu desconhecimento do terreno, resta-lhes a utilização dos percursos percorridos durante séculos pelo próprio comércio africano – o que significa a sujeição aos tributos de passagem e presentes exigidos pelos potentados, a dependência de guias e intérpretes locais, e mesmo o recurso a mercados africanos já instalados para troca dos seus produtos.

O comércio com o interior era assegurado por caravanas de carregadores (escravos ou contratados) comandadas pelos chamados *sertanejos* - portugueses e angolanos, brancos mas muito mais habitualmente negros ou mestiços, os poucos a embrenhar-se no interior, a conhecer os caminhos e as populações, as suas línguas e costumes. Falavam o português, muitos sabiam ler e escrever e tinham normalmente adoptado aspectos do modo de vida europeu. Sintomaticamente, o português era a única língua europeia conhecida e falada no interior de Angola, o que foi notado por vários viajantes estrangeiros.

Os *sertanejos* partiam geralmente das grandes casas comerciais do litoral, que lhes entregavam uma carga de produtos a crédito, a chamada *factura*. Este sistema foi desde cedo adoptado devido aos perigos da viagem, bem como às dificuldades encontradas na venda das mercadorias. A título de exemplo, os comerciantes eram

muitas vezes confrontados com potentados que exigiam a entrega de todas as mercadorias a crédito antes de se iniciar qualquer transacção, ou que os detinham durante meses numa negociação.

Paralelamente a este comércio, desenvolvia-se a actividade dos comerciantes africanos, sobretudo Chokwe e Mbangalas. Os Mbangalas eram conhecidos traficantes de escravos, que traziam do interior (nomeadamente do território Lunda) para Kasange. Até ao último quartel do século XIX, exerceram um bloqueio eficaz ao contacto directo entre os Portugueses e o Império Lunda, funcionando como os únicos intermediários deste comércio. Os Chokwe, eram sobretudo produtores de cera e caçadores de elefantes, dedicando-se a um intenso comércio de marfim, muito procurado pelos europeus.



Fig. 7 - Caravana mercantil em Dondo no início do século XX

(FONTE: Heintze, *Pioneiros Africanos...Imagem XLII*)

Para além das caravanas de comerciantes, os produtos podiam ser encontrados numa série de pontos localizados do interior angolano: os já referidos mercados

Africanos, a que os Portugueses vão associar *presídios* (ocupações portuguesas fortificadas e defendidas militarmente), novas *feiras* (entre as quais Malanje é sem dúvida a mais importante) e povoações que funcionavam como entrepostos comerciais, como é o caso do Bié, de Malanje ou Ambaca.

3.2.3 Os Exploradores

As expedições científicas tentavam explorar novas áreas, atentando a pormenores de pouco interesse para os comerciantes: as características topográficas e hidrográficas, que registavam em cartas e mapas; leituras meteorológicas e registo da fauna e flora locais. Debruçavam-se ainda sobre as populações encontradas, registando a sua fisionomia, os seus usos e costumes, a sua tradição oral e cultura material. Finalmente, realizavam recolhas de espécimes naturais (plantas, animais e minerais) bem como a cultura material produzida pelos Africanos. Os registos – escritos e gráficos – e recolhas das expedições eram depois trazidos/enviados para a Europa, onde eram objecto de estudo e integraram inúmeras colecções de museus públicos e privados.

Pode dizer-se que, até finais dos anos setenta do séc. XIX, as viagens de exploração em África tiveram um carácter esporádico e entusiasta. Organizadas sobretudo por comerciantes e através das sociedades científicas, as expedições caem progressivamente sob alçada ou influência dos governos de vários países Europeus. A partir da penúltima década do século XIX tornam-se muito mais frequentes e organizadas, servindo “cada vez mais objectivos políticos. Não bastava levantar cartas e colher informações. Ao lado dos instrumentos de precisão, o explorador levava na bagagem os tratados para assinar com os potentados e as bandeiras nacionais para lhes oferecer.”

Assim, e para além de se adquirir um maior conhecimento dos territórios atravessados, o que se pretendia era sobretudo o domínio sobre as chamadas “zonas de influência” e, através dele, o controlo dos mercados nas regiões exploradas. Esse controlo seria efectuado de duas formas: quer através da constituição de tratados com os soberanos/influentes locais, quer do estabelecimento de “estações civilizadoras”.

Os referidos tratados consistiam, a partir dessa época, numa espécie de alianças passadas a escrito e assinadas entre os detentores do poder local e os membros da expedição, representantes das potências europeias. Estes tratados são de carácter duplamente comercial e diplomático: através da consagração dos laços de amizade, procurava-se garantir a segurança e continuidade dos contactos comerciais, defendendo-se desse modo os interesses dos comerciantes Europeus.

As “estações civilizadoras”, autorizadas através dos tratados pelos soberanos ou influentes locais e ocupadas por exploradores, comerciantes e missionários, funcionavam como postos avançados da presença Europeia e focos da sua influência em África. Alguns tratados previam até o estabelecimento de um “residente político” Europeu, como foi o caso do tratado firmado entre Henrique de Carvalho e o soberano Lunda.

Os tratados e estações civilizadoras surgem assim enquanto importantes ferramentas políticas, em preparação para uma ocupação efectiva do terreno.

4. A Colecção

Interessa perceber como os objectos e respectivos materiais podem transmitir-nos informações preciosas não só sobre quem os produziu, mas também sobre o contexto político, social e económico de Angola neste período. Tentaremos equacionar o modo como os artefactos e alguns dos materiais que os constituem são um importante objecto de troca e veículo de comunicação entre comerciantes, exploradores Europeus e Africanos e como todos influenciam a sua concepção.

Assim, por um lado, reconhecemos os objectos enquanto representativos de culturas Africanas específicas, e nessa perspectiva procurámos compreender a sua estrutura, materiais, funcionalidade e significados. Evitámos porém entendê-los enquanto retrato de uma cultura Lunda, Chokwe ou Congo imutáveis. Este preconceito esteve durante muito tempo patente na museologia etnográfica, em que, como aponta Adrienne Kaeppler:

Museums (...) still use artefacts of no specific time period to convey romantic notions of timeless “cultural others”. The objects have no time period, no context, and little educational value. (...) It is time to place peoples of the world in historical settings (...) with no implication that some societal groups are somehow the remnants of earlier stages of civilization.”(Kaepler 1989: 87)

Finalmente, apresentaremos uma selecção de objectos que, pelas suas características nos permitem ilustrar as ideias acima expostas.

4.1 Objectos e Materiais

A expedição à Lunda empreendida entre 1884 e 1888 por Henrique de Carvalho tinha, como já se referiu, objectivos fundamentalmente políticos e económicos – propunha-se a consolidar e reatar relações com o comércio africano naquela zona, através dum melhor conhecimento do território e do estabelecimento de tratados entre o Estado Português e os mais influentes potentados Lunda.

Referiu-se igualmente as instruções delineadas para a expedição pelo Governo Português, e a forma como estas não contemplavam em nenhum ponto a observação ou recolha etnográficas. O apoio dado pela Sociedade de Geografia de Lisboa à expedição assentaria certamente na expectativa de que desta resultasse informação de interesse etnográfico, mas é também certo que essa intenção nunca é explicitada e que essa é uma vertente a que Henrique de Carvalho se dedica muito por mote próprio.

É de notar que das viagens de exploração realizadas nos finais da década de 1870 com o apoio da SGL não haviam resultado recolhas etnográficas significativas, devido ao próprio carácter das expedições – de reconhecimento puramente territorial e geográfico – não previa esse tipo de componente.

Neste contexto vimos reforçar-se a componente científica das viagens de exploração, e o seu papel no estabelecimento de *estações civilizadoras* enquanto locais de experiências e observação e de concentração de colecções.

Durante muito tempo, a designação *produtos coloniais* engloba quer produtos de origem vegetal, mineral e animal provenientes das colónias, quer os artefactos etnográficos aí recolhidos. Estes artefactos eram adquiridos para evidenciar as

capacidades de exploração de certas matérias-primas – como os objectos feitos de bambu ou das diversas madeiras exóticas - e demonstrar as potencialidades de exploração comercial de produtos já manufacturados, que poderiam ser facilmente comercializáveis face à aceitação que tinham no mercado ocidental. (Pereira 2005: 311)

Como se insere neste contexto a colecção recolhida por Henrique de Carvalho para a SGL? O que levou o explorador a deslocar-se ao interior de Angola e a realizar estas recolhas? Que critérios e objectivos as nortearam?

Sabemos que Henrique de Carvalho leu a bibliografia relativa a expedições realizadas à Lunda, quer nacionais quer estrangeiras. Estava assim a par da viagem que o comerciante Joaquim Rodrigues Graça realizara à Lunda em 1843, e que se destinava a revitalizar as relações comerciais directas com o império Lunda.. Estava consciente de que as observações registadas por Graça se centravam sobretudo em “aspectos práticos, essenciais para o estabelecimento de rotas comerciais seguras no continente africano” e de que para obter a colaboração e lealdade dos Lunda era necessário não apenas um conhecimento profundo do seu território, mas também das próprias populações, da sua língua e costumes. Ter-lhe-á sido decisiva quer a leitura dos relatos de viagem de exploradores alemães - sobretudo Max Buchner (1878 – 1882) e Hermann von Wissman (1881 – 1884), que no decurso das suas expedições haviam realizado extensas recolhas etnográficas para o *Museum für Völkerkunde* de Berlim - quer a visão que começava a ser desenvolvida no seio da SGL, para a qual o conhecimento etnográfico se provava essencial no âmbito das explorações científicas.

Tal como Buchner e Wissman, Henrique de Carvalho opta por inserir a vertente etnográfica na sua expedição, que acredita essencial para responder a questões como:

- Que raças habitavam todas as terras até à *Mussumba*?
- Que línguas falavam?
- Quais os seus usos e costumes?
- Qual a influência do meio que os cercava?
- Qual a sua forma de governo?
- Qual era a sua política?
- Qual era a sua história?
- Como aproveitar estes povos para o bem, sem a mácula da escravidão?

Henrique de Carvalho aproveita os seus contactos com as populações com quem se vai relacionar durante a viagem para aprender os dialectos locais e conduzir uma observação de âmbito antropológico (ver fig. 2). O levantamento é por vezes acompanhado de desenho e da fotografia e da recolha de objectos e outros produtos locais, que ele coloca sob a designação geral de *produtos coloniais*. Estes eram descritos e contextualizados em termos de função e significado, etiquetados, catalogados e embalados. De seguida, enviados para Luanda ao cuidado do Governador-Geral que os remetia, por sua vez, ao Ministério em Lisboa. Finalmente, eram distribuídos pelas seguintes instituições científicas:

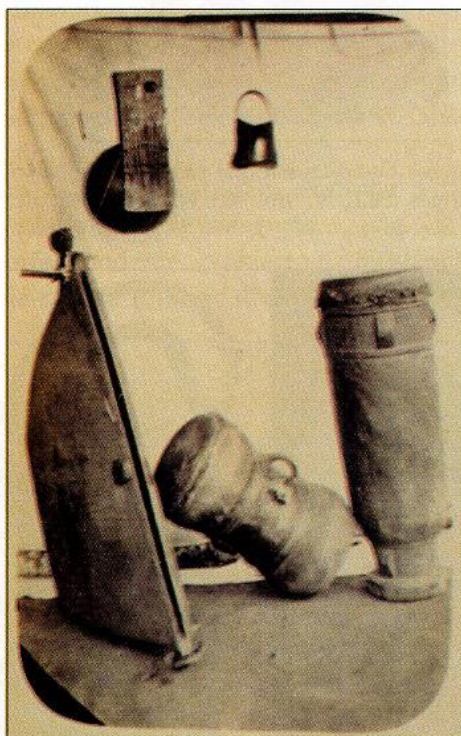
- A Sociedade de Geografia Comercial do Porto
- A Sociedade de Geografia de Lisboa
- O Museu Colonial em Lisboa

O principal critério de recolha parece ter sido a obtenção de objectos que, por um lado, preenchessem os requisitos dessas diferentes instituições, mas sobretudo que ilustrassem as suas observações e conclusões sobre o terreno.

Pereira afirma que o explorador procurava, “através da escrita, dos desenhos/fotos e dos objectos recolhidos, levar aos europeus as línguas, os usos e costumes, a organização do poder político dos povos com quem contactou.”



Fig. 8 – Artefactos de Malange representados em gravura na
Ethnographia e Historia Tradicional dos Povos da Lunda (1890, p. 242) de Henrique de
Carvalho. (FONTE: Pereira, *O Museu Etnográfico...*p. 383)



**Fig. 9 – Objectos recolhidos reproduzidos em fotografia
no *Álbum de Fotografias da Expedição Portuguesa ao Muatiãnvua* (1890)
(FONTE: Pereira, *O Museu Etnográfico...*p.385)**

Alguns objectos - sobretudo no que se refere ao vestuário, adornos e insígnias - surgem nos clichés que a expedição fez da aristocracia Lunda. Temos a título de exemplo os retratos tirados ao Muatiãnvua Quibinza Ianvo, nos quais este surge com o *muquique*, *miluina* ou *i-bei-nhe*, idênticos aos recolhidos pelo explorador para a SGL (ver fig. 10 e 11).¹

Schildkrout sugere que as recolhas etnográficas neste período e em contextos idênticos não são um produto exclusivo dos exploradores. Os Africanos enformam-nas, ao controlarem o tipo de objectos cedidos ou através da produção de réplicas e falsificações destinadas aos Europeus:

Generalizations about the nature of early colonial collecting often make Africans appear more passive than they were. Although African participants in the collecting process often remain anonymous, in some instances they have left their “signatures” on the collections – signing works, making replicas or fakes or making choices about parting with some pieces and not others. Africans made conscious choices about what to give, sell or make for the collectors, based on their perception of the outsiders’ interests and desires. (Schildkrout *et al* 1998: 6)

Embora Henrique de Carvalho não especifique em que termos foram conduzidas as suas recolhas. No entanto, tendo em conta os seus objectivos, bem como a fina capacidade de observação de Henrique de Carvalho, não nos parece que este se inclinasse para réplicas ou falsificações. Não temos qualquer indicação definitiva nesse sentido, sendo contudo notável a quantidade de insígnias de poder (bastões cerimoniais, adornos) que Henrique de Carvalho consegue obter entre os Lunda – inclusive um exemplar da pulseira *lu-ca-no*, símbolo máximo do poder do Muatiânvua e dos chefes políticos Lunda. Como puderam os Lunda desfazer-se destes objectos altamente simbólicos?

Stephen Mellor afirma, relativamente ao contexto Africano:

Unexpectedly, it is observed that although objects can be passed on for generations, even magic, sacred, and powerful objects are routinely and systematically inactivated, replaced, discarded, ignored, or destroyed within their cultural context. (Mellor 2001: 19)

Terá sido a relação de confiança entre o explorador e os Lunda de tal forma estreita que permitisse este tipo de aquisições, ou, mais significativamente, de ofertas? No caso particular do *lu-ca-no* temos informação de que as braceletes de poder dos A-tiânvua (s. Muatiânvua) já mortos eram guardadas numa caixa. Pertenceria o *lu-ca-no* recolhido por Henrique de Carvalho ao referido depósito?



Fig. 10 - Retrato do Muatiânvua Quibuinza Yanvo utilizando a sua *miluina*. Fotografia pertencente ao *Álbum da Expedição ao Muatiânvua* (1890) (FONTE: Heintze, *Pioneiros Africanos...*Imagem XXXV)



Fig. 11 - Retrato do Muatiânvua Quibuinza Yanvo utilizando o seu *i-bei-nhe* . Fotografia pertencente ao *Álbum da Expedição ao Muatiânvua* (1890) (FONTE: Heintze, *Pioneiros Africanos...*Imagem XXXV)

A colecção que Henrique de Carvalho recolheu e ofereceu à SGL, de incidência fundamentalmente etnográfica, dá especial destaque, como já se referiu, às insígnias ou distintivos de poder Lunda., que reflectem o interesse do explorador pela afirmação e mecanismos de poder no império do *Muatiânvua*. É de salientar que o próprio explorador elaboraria, em 1896, um “Catálogo Especial” com informação preciosa relativa à colecção que oferecera à SGL, entretanto objecto de um novo estudo.

Defensor da *sistematização* do saber e das colecções etnográficas nos museus portugueses, Henrique de Carvalho vai aplicar os mesmos princípios na organização dos objectos e produtos recolhidos. A cada exemplar recolhido foi atribuído pelo explorador o chamado *número de série* – ex: 1C, 2C, 3C,etc - inscrito pelo próprio em cada um dos artefactos.

Segue-se uma tabela onde são visíveis as principais incidências de recolha na colecção Henrique de Carvalho:

Quadro 1- Incidências de Recolha na Colecção Henrique de Carvalho*

Secção	Designação	Nº de Ex.
CC	Ossos – Peles - Exemplares Zoológicos	1
EE	Geologia - Mineralogia	2
FF	Utensílios Domésticos	16
GG	Vestuário – Adornos e Insígnias	18
J	Sal	1
K	Tabaco	1
O	Instrumentos Músicos	1
OO	Exemplares Botânicos	1
PP	Produtos Medicinais	1
R	Instrumentos de Guerra	2
S	Jogos – Diversões	1
T	Instrumentos de Trabalho	2
Z	Cultos – Superstições – Cerimónias Fúnebres	4

* Referências convencionais utilizadas pela SGL em 1896
(FONTE: Pereira, *O Museu Etnográfico...*p.217)

Apesar da cuidadosa documentação produzida pelo explorador sobre as colecções por si recolhidas estas, ao longo de mais de cem anos, estiveram sujeitas a diversas remodelações e alterações numéricas no museu da SGL. Situação que terá dificultado, ou mesmo impossibilitado, a identificação de vários objectos.



Fig. 12 - Visão de conjunto de alguns objectos da colecção Henrique de Carvalho

No quadro, que a seguir se apresenta, menciona-se o conjunto de objectos até hoje localizados e que serão objecto do nosso estudo. Nele destacam-se a cinza aqueles que não fazem parte do *Catálogo Especial* (1896) nem do *Catálogo Inicial* (1897), mas que pelas suas características correspondem a objectos descritos pelo explorador ou cujo número de série corresponde a objectos recolhidos por Henrique de Carvalho.

Quadro 2 – Objectos da Colecção Henrique de Carvalho localizados na SGL*

Nº de Ordem	Nº Inv.	Designação no <i>Catálogo Inicial</i> (1897)	Designação Local	Observações	Nº Ex.	Nº Série
4	867	Bancos	Di-tan-da	O inventário só refere um banco. Um é de Malange.	4	22C
5	868	Encosto de cabeça	Mu-sau		1	19C
6	869	Polvorinho	Ca-pata/Ca-difanda	AB-521	1	60C
9	872	Balaio	Balaio	Pungo Adongo	1	?
10	873	Cofre de miudezas	Lu-bo-co		1	36C
11	874	Colheres	Ruto/luto	“Imitação Europeia”	4	25C
12	875	Instrumento de adivinho	Mu-sanbu		1	41C
15	878	Caixa de rapé	Txinhitxia Ruanda		2	45C
16	879	Tabaco	Ma-canha ou Ru-anda	“De Mataba e Tugonbe”	1	27C

17	880	Cachimbo	Paxi/Mutete	3 Cachimbos + 2 Fornilhos	5	15C
19	882	Cachimbo	Mu-to-pa		2	16C
20	883	Caixa de miudezas	Ca-txi-tai		1	48C
22	885	Enfeite de perna	Tu-pan-ga Tu Miendu	(Par)	2	?
23	886	Braçadeira	Tu-pan-ga	(Par) “De luxo”	2	7C
24	887	Enfeite de cabeça	Txi-ban-gu-la	“Qui-ban-gu-la”	1	5C
25	888	Enfeite de cabeça	Muqui-que/ Muqui-txe	“Distinctivo Aristocrático”	1	2C
26	889	Enfeite de cabeça	Tu-ba-re		1	3C
27	890	Enfeite de cabeça	Mi-lu-i-na	“Insignia de Muatianvua e do Muata que temestado”	1	?
28	891	Distintivo de poder	Mupungo		2	?
30	893	Fetich	Muquixe	Do Congo e não Muquixi.	2	81C
31	894	Bengala	U-sangue	AB377	1	31C
32	895	Corde/Cinto	Mola		1	?
35	898	Amuleto	Nabua/Nhan-bua	“De caçador”	1	21C
39	902	Pulseira	Lu-ca-no	“De Muata”	1	11C

Quadro 2 – Objectos da Coleção Henrique de Carvalho localizados na SGL*

40	903	Pente	Txi-zan-gu-ilo	“De bordão, oito dentes”	1	18C
46	909	Enfeite de cabeça	I-bei-nhe		1	?
48	911	Assobios	Mi-txi-a		8	44C
49	912	Cruzetas de cobre	Lucano-Hua-Muano	“Para o comércio”	2	?
?	?	Bastões	Mun-pua	Não se encontrava nenhum inventariado	3	?
?	?	Bengala	?	Com o mesmo nº de série que 868	1	19C

TOTAL de OBJECTOS LOCALIZADOS	56
-------------------------------	----

* (FONTE: Pereira, *O Museu Etnográfico da Sociedade de Geografia de Lisboa...*p.399 - 400)

Já antes referimos o principal critério de recolha e formação da colecção Henrique de Carvalho: agregar objectos que ilustrassem os usos e costumes, bem como a organização do poder político dos povos com quem o explorador contactou.

O objecto etnográfico surge assim enquanto testemunho de comportamentos socioculturais, de contextos históricos, económicos e políticos. Peter Gathercole diz-nos que só através do reconhecimento desse valor testemunhal os objectos se transformam em *artefactos* museológicos, e que este processo é central ao trabalho do conservador. O

mesmo autor afirma que os artefactos não existem *per se*, sendo uma construção do investigador/conservador – ou seja, um objecto só poderá ser considerado artefacto se for devidamente investigado e compreendido, e como tal fonte de conhecimento.

Assim, reconhecemos os objectos enquanto representativos de culturas Africanas específicas, e nessa perspectiva procurámos compreender a sua estrutura, materiais, funcionalidade e significados.

Evitámos porém entendê-los enquanto retrato de uma cultura Lunda, Chokwe ou Congo imutáveis. Este preconceito esteve durante muito tempo patente na museologia etnográfica, em que, como aponta Adrienne Kaeppler:

Museums (...) still use artefacts of no specific time period to convey romantic notions of timeless “cultural others”. The objects have no time period, no context, and little educational value. (...) It is time to place peoples of the world in historical settings.(...) with no implication that some societal groups are somehow the remnants of earlier stages of civilization.”(Kaeppler 1989: 87)

Ao entendermos estes objectos enquanto produto de uma época e contexto sociocultural específicos – os grupos Lunda, Chokwe e Congo de Angola no último quartel do século XIX – fomos imediatamente confrontados com o facto de que certos objectos recolhidos por Henrique de Carvalho não se limitarem a reflectir a realidade dos grupos culturais que os produziram e/ou utilizaram. Foi essa a interpretação do explorador, e é essa sem dúvida a sua componente fundamental. Acreditamos porém que estes objectos traduzem uma realidade muito menos hermética – para a sua tipologia e características não contribuiu somente o contexto Africano, mas também as trocas e contactos que este opera com os comerciantes e exploradores Europeus.

Nesse sentido, estes objectos assumem-se enquanto *artefactos híbridos*, produto de influências mútuas e valorizados de diferentes formas pelas partes envolvidas. Os objectos são utilizados para estabelecer um diálogo entre os diversos intervenientes que se movem em Angola no último quartel do século XIX. Diálogo que como se verá nem sempre foi nítido, feito de encontros e desencontros. Os pontos de contacto e divergência são visíveis nos objectos recolhidos em duas instâncias: na apropriação de materiais, tecnologias e tipologias Europeias, e na utilização de produtos enquanto moeda de troca.

4.2 Apropriação de Materiais, Tecnologias e Tipologias Europeias

O primeiro ponto de contacto é sem dúvida o material e o tecnológico: muitos destes objectos são compósitos, associando uma grande variedade de materiais locais (madeira, fibras vegetais, chifre, marfim) a elementos importados, como as contas de vidro, as tachas de latão e os tecidos de algodão. Alguns objectos foram construídos com recurso a tecnologias Europeias (ex: agulha e linha).

Estes materiais eram comumente utilizados pelos comerciantes como moeda de troca com as comunidades Africanas, permitindo-lhes adquirir desde escravos a produtos locais como o marfim ou a borracha. Assumidos como bens de prestígio devido à sua raridade e alto custo, os produtos Europeus tornam-se um poderoso meio de diferenciação social nas sociedades Africanas mais hierarquizadas e onde a centralização política é mais acentuada, como é o caso dos Lunda.

São de referir, na colecção em análise, os enfeites de cabeça/insígnias de poder Lunda, como a ***miluina* (nº inv. 890)**, composta quase exclusivamente por elementos de importação e no qual se aplicou a técnica da agulha e linha; e o ***polvorinho* (nº inv. 869)** recolhido por Henrique de Carvalho, decorado com tachas de latão amarelo.

Conscientes desta dinâmica, os agentes do comércio Europeu procuravam suscitar nas populações uma necessidade crescente pelas manufacturas. Este empenhamento serve sem dúvida propósitos económicos, mas também políticos. O domínio efectivo do território pelos Europeus implicava a adopção dos valores coloniais pelas populações. Esta ofensiva é justificada com a necessidade de “civilizar” sociedades que se considera incapazes de “progredirem” *per se* e consequentemente de alcançarem um nível civilizacional idêntico ao Europeu.

Na linha da frente da assimilação de valores estão os materiais e os objectos: o seu uso diário produz alterações profundas e duradouras no modo de vida local, abrindo caminho para outro tipo de mudanças. Pode-se assim dizer que “um objecto vale mais que mil palavras”, ou, como refere Santos, citando o comerciante Silva Porto (1864)

No “caminho da civilização” que os Africanos haviam de percorrer “pela mão dos Europeus”, vinha, em primeiro lugar, o hábito “do uso de fazenda, fato, calçado, chapéus para a cabeça e para o sol, e outros objectos de luxo; armas, pólvora, sal e bebida alcoólica”. Em segundo lugar, viria a educação civil e religiosa que competia ao Estado e à Igreja. Finalmente, surgiria o trabalho

alienante do Africano dentro dos modelos coloniais, como consequência das necessidades da “civilização”. (Santos 1998: 452)

A alteração dos padrões comerciais levaria à criação de novas necessidades entre os Africanos. A dependência dos produtos Europeus conduziria à aceitação, a curto ou médio prazo, do domínio Europeu.

Sabemos, no entanto, que este processo esteve longe de ser linear. Da mesma forma que se sujeitam ao poder dos potentados locais, aos seus tributos de passagem e interdições, os comerciantes estão dependentes da liberdade do Africano para assimilar ou rejeitar os seus produtos.

As novas necessidades só podiam ser criadas artificialmente, visto que os problemas que lhes davam origem estavam já solucionados pelo saber e pelas técnicas tradicionais (...) nem sempre era possível levar o Africano a subalternizar o artefacto ou a técnica Africana para dar preferência aos congéneres Europeus. (Santos 1998: 452)

Foi sobretudo o caso dos tecidos e do vestuário. Mesmo na década de 1880, quando os panos de algodão são comuns e mais baratos no interior de Angola, muitos Africanos continuam a optar pela indumentária tradicional, com base nas peles e nos tecidos de fibra de palma, por ser mais adequada às condições ambientais e de vida locais. A utilização dos tecidos, e em alguns casos do próprio vestuário europeu, dá-se sobretudo ao nível das elites políticas que rodeiam os chefes poderosos das sociedades centralizadas, enquanto objectos de ostentação e diferenciação social utilizado sobretudo em cerimónias ou visitas, nomeadamente nos contactos com os Europeus, e normalmente reinterpretado de acordo com o gosto e o contexto cultural do utilizador (ver fig. 13).



Fig. 13 – Parte de grupo diplomático enviado pelo muatiânvua Quibuinza Yanvo ao governador português em Luanda. É de notar o uso de tecidos de importação no vestuário.
(FONTE: Heintze, *Pioneiros Africanos...*Imagem XXXIX)

O comerciante Silva Porto, um dos mais notáveis *sertanejos* da sua época, notava em 1864 que

(...) há muita obra feita por eles digna de ser vista e admirada e neste caso estão as redes, tarrafas, armadilhas de caniço, grandes e pequenas, para pescado; armadilhas de diversos feitios para caça; colmeias, casas e canoas; utensílios para pôr a comida e para a cozinha; (...) tear para tecer panos de algodão e também de erva especial para o preparo das *quinhangas* e armas de seu uso. (Santos 1998: 452)

De forma a sobreviverem num ambiente que lhes é estranho, os comerciantes europeus não hesitam em recorrer a costumes e tecnologias tradicionais Africanas, cuja eficácia no terreno está por demais comprovada. Nessa mesma perspectiva, parecem admirar fundamentalmente os objectos do foro prático, enquanto testemunho do engenho e capacidade de sobrevivência dos locais. Santos diz-nos que:

Ao fornecerem objectos, tais como tecidos, contaria, arame, pregos, tachas, agulhas, e ao ensinarem técnicas para seu uso e conservação, os comerciantes observavam outros objectos e outras técnicas adequadas às condições ambientais, em que reconheciam vantagens e chegavam a experimentar adoptá-las. Eram eles próprios que praticavam a confrontação entre saberes e optavam pelos mais eficazes, independentemente da compreensão dos seus fundamentos. (Santos 1998: 453)

Antes de partir para Angola, Henrique de Carvalho procura munir-se das manufacturas necessárias à expedição. Estas seriam utilizadas como moeda de troca (permitindo a aquisição de mantimentos e outros elementos que se revelassem necessários no terreno), no pagamento dos carregadores e de tributos de passagem, ou como presentes a oferecer aos potentados locais.

O explorador contacta industriais e comerciantes em Lisboa e no Porto, a quem procura interessar no mercado Angolano, propondo-se com a sua expedição a abrir o caminho para que seja possível “(...) levar àquele sertão, em larga escala, os produtos da indústria Portuguesa e abrir-lhes fáceis e abundantes mercados.” (Araújo 1884: 260)

A esses mesmos industriais e comerciantes faz uma subscrição de “alguns artigos de comércio que, por quaisquer circunstâncias, em armazéns ou depósitos, estão sendo considerados como capital estacionário, senão perdido.”(Araújo 1884: 260).

A lista que envia à Sociedade de Geografia Comercial do Porto, que a seguir se transcreve é bastante elucidativa dos produtos com maior procura nas regiões a atravessar pela expedição, dado que foi sugerida pelos comerciantes angolanos :

(...) Espingardas diversas; espadas, idem; pólvora; bacias de arame; panelas de ferro; espelhos de diversas qualidades e tamanhos; barretes de lã, cores diversas; camisolas de lã; facas de diferentes qualidades; missanga de bordar, cores sortidas; contaria; almandrilha, etc; coral fino e grosso; louças (faiança e outros géneros das nossas fábricas; canecas; tigelas; pratos, etc; vidros diferentes (indústria portuguesa); machetes; algodões crus diferentes; baeta amarela, vermelha e azul, diversos tons; panos diversos; chitas, idem; fardas, idem; veludos, idem; zuartes; tapeçarias de diferentes qualidades e tamanhos; lenços estampados; sedas diferentes; louça de folha; relógios; copos bronzeados; panos de costa; galões dourados; fio de ferro, cobre e latão; vários utensílios de ferro; chapéus de palha e outros; pistolas, chapéus de sol, de cores; caixas de música e harmonias; realejos; bonés bordados, de borla; fechos de porta e várias outras ferragens, incluindo pregaria; bugigangas e todos os mais artigos de fácil consumo e permutação nos sertões de África.”(Araújo 1884: 261-262)

É de realçar que muitos dos materiais referidos por Henrique de Carvalho na sua lista estão presentes nos objectos que o explorador recolheu na Lunda, o que assinala dinâmicas comerciais há muito instaladas.

Mas nem só os materiais e tecnologias empregues nos objectos são reveladores de influências europeias. Certos artefactos inserem-se em tipologias estranhas à cultura material destes povos – como o conjunto de **colheres (nº inv. 874)** e de **cachimbos (nº inv. 880)** – que representam apropriações de outras formas e funcionalidades.

Se por um lado estas apropriações – de materiais, de tecnologias ou de tipologias – não representam a adopção de costumes e condutas Europeus desejada pelos poderes coloniais de uma forma global, por outro, esta circulação de materiais, objectos e ideias só é possível graças ao contexto comercial e político da Angola do último quartel do século XIX, e a sua inserção nesse contexto mais vasto que é o comércio transatlântico.

Procedemos à selecção de seis objectos da colecção que, pelo conjunto de características que apresentam, nos pareceram os mais ilustrativos das ideias anteriormente expostas:

1. Os dois primeiros: *Miluína* (insígnia de poder) e *Ca-pata/Cadifanda* (Polvorinho), destacaram-se pelos materiais que os constituem e/ou pelas técnicas de construção neles empregues. Vários materiais presentes nestes artefactos e utilizados pelos Lunda na sua confecção eram objecto de troca e oferta, servindo aos exploradores para progredirem no terreno. A título de exemplo, destacamos as missangas e contaria, os tecidos ou as tachas de latão.
2. Os segundos: grupo de 4 colheres e 3 cachimbos, que se destacam pela apropriação de formas e funcionalidades europeias.
3. Finalmente, dois objectos: embalagem de tabaco e cruzetas de cobre, normalmente utilizados como moeda no contexto do comércio africano

4.2.1 Miluina (Adorno de cabeça)

Entre as sociedades africanas, os penteados e adornos de cabeça transmitem importantes mensagens relativamente à idade, estado civil e estatuto social do utilizador.

Os modelos utilizados variam entre grupos culturais, tornando-se um importante mecanismo de identificação e diferenciação étnica.

A *miluina* é um adorno de cabeça composto por dois pendentes de forma apontada, que eram colocados um de cada lado da cabeça do utilizador. Os pendentes eram fixados directamente no cabelo, utilizando um estilete de madeira, ou suspensos num aro ou banda decorativa que se atava em torno da cabeça, designados por *mútu n'a culún-bi*.



Fig. 14 – Miluína (nº inv. 893)

É de notar que na colecção Henrique de Carvalho da SGL se encontra um *mútu n'a culún-bi* de tecido revestido a missanga, com um pendente decorativo nos mesmos materiais. Não sabemos se este corresponderia originalmente à *miluina* recolhida pelo explorador, apesar de se encontrar marcado com o mesmo número de inventário (ver fig. 15)



Fig. 15–Aro de miluína (*Mútu n'a culún-bi*)- n° inv.893

Os pendentos são compostos por uma estrutura em fibras vegetais entrançadas (provavelmente fibras de *cabama* ou *lutombe*) que é revestida com tecido de algodão inteiramente coberto de missangas. No topo de cada pendente, são visíveis dois ganchos feitos de fibras vegetais entrançadas, utilizados para suspender os adereços no aro.

Tecidos

Na *miluína*, são visíveis vários materiais e técnicas, algumas das quais importadas. O tecido que envolve a estrutura dos pendentos parece ser pano de algodão cru, firmemente apertado. As *facturas* dos comerciantes referem sobretudo tecidos de algodão produzidos na metrópole, Brasil ou em Inglaterra. Estes eram de diversos tipos e qualidade, apresentando consequentemente diferentes preços. Santos aponta como

principais produtos “(...) zuartes, fazenda de lei, chitas, pintados, lenços, riscado, algodão cru , baeta (...)”

Contas de vidro

Sobre este suporte, como já referimos, foi progressivamente enrolada uma única fiada de *missangas* de vidro, oblongas e opacas, com cerca de 2mm. Estas variam na cor (branco, azul escuro, azul claro, rosa e vermelho) formando linhas e motivos geométricos irregulares, semelhantes a losangos e triângulos. Cada pendente termina em duas pontas, nas quais foram inseridas *contas de vidro* de forma elipsoidal, de cor branca opaca com riscado rosa (10mm).

Quer as *missangas*, quer as *contas de vidro* inseridas nas pontas dos pendentes são muito provavelmente de importação. Uma identificação 100% segura da proveniência destes elementos só poderia ser obtida através da análise composicional do vidro, o que não se enquadra nos limites deste trabalho. Sabemos, porém, que as *missangas* e *contas de vidro* que circulavam em África ao longo de todo o século XIX eram sobretudo de origem Europeia, e produzidas num dos quatro grandes centros vidreiros então activos: Veneza, Holanda, Boémia e Morávia.

A procura de *contas* e *missangas* vítreas era relativamente diminuta na Europa neste período, e os principais fabricantes respondiam sobretudo às necessidades de comerciantes, exploradores e missionários que utilizavam estes objectos como presente ou moeda de troca no espaço Africano. Eram, como já vimos, utilizadas enquanto “complemento aos tecidos nas trocas mais importantes e para acorrer às despesas de alimentação” dos comerciantes que, segundo Madeira Santos, as consideravam “uma mercadoria ingrata, porque variando em tamanho, material (vidro ou massa), cor e feitio, as populações davam preferência a umas ou a outras, alterando-lhes o valor de um ano para o outro e ocasionando prejuízos aos comerciantes.”

Lois Dubin rejeita esta noção, ao afirmar que a contaria permitia aos comerciantes obter enormes margens de lucro. Em troca de um produto relativamente barato, como era sobretudo o caso das *missangas*, os Europeus adquiriam produtos altamente rentáveis, como as peles da América do Norte, ou o marfim, ouro e escravos Africanos.

Na sua descrição do objecto, Henrique de Carvalho diz-nos que “Este trabalho demanda muita paciência por causa da simetria que tem de observar-se, pois é necessário sempre proceder-se à contagem depois de colocado um fio, e isto por cada cor de missanga que se empregou para os desenhos.”

Técnicas

A fiada de missangas está fixada a um suporte em tecido utilizando a técnica de costura com agulha e linha - técnica que foi penetrando no interior de Angola através do contacto com o vestuário Europeu, envergado pelas comerciantes do Bié e de Cassange, sobretudo os Ambaquistas.

Paralelamente, sabemos que com algumas caravanas seguiam alfaiates, a quem as populações locais encomendavam vestuário e de quem muito provavelmente adquiriam a técnica, que seria reinterpretada, aplicada aos panos *mabela* e utilizada sobretudo em objectos rituais ou de adorno. É de realçar que, se os tecidos de algodão importados já eram utilizados enquanto vestuário pela aristocracia Lunda desde meados do século XIX, em finais da centúria o vestuário cosido era ainda raro na região. A agulha e linha eram sobretudo empregues para bordar com missanga ou na junção de elementos. O próprio Henrique de Carvalho refere que

A agulha é instrumento que os Portugueses lhes levaram (aos Lunda) e pode dizer-se que ainda no princípio do século actual (XIX) mal a conheciam; e que os panos para vestuário só principiam a ver-se agora. (Carvalho 1890: 324)

A linha de algodão, branca e preta, era a mais utilizada e sobretudo de importação. No entanto, Santos refere que “Na década de 60, a corte do Lui começou a fabricar as suas próprias linhas para costura. O algodão, semeado em terreno seco, era colhido, limpo, batido e fiado para obter linhas.”(Santos 1998: 468)



Fig. 16 – Pormenor de miluina: missangas e tecido de algodão (?)



Fig. 17 – Pormenor das contas inseridas nas pontas dos pendentes

4.2.2 Ca-pata/Cadifanda (Polvorinho)

O segundo objecto em análise é um polvorinho (nº inv. 869), designado pelos Lunda como *ca-pata* ou *cadifanda*. Produzido a partir de um chifre (provavelmente de búfalo), fechado com uma base em madeira, era utilizado como contentor para a pólvora

e transportado a tiracolo. Assim o atestam os orifícios na base, por onde passava o cordel de suspensão. O polvorinho dispõe de uma pequena rolha em madeira e encontra-se decorado ao nível da base com pregos de estofador de latão amarelo.



Fig. 18 – Ca-pata (Polvorinho) – nº inv. 869

Henrique de Carvalho diz-nos que, entre os Lunda, os polvorinhos eram habitualmente fabricados a partir “de pequenas cabaças, tendo dois bojos sendo o superior de menor diâmetro e que termine num colo delgado e curto, na extremidade do qual introduzem um toro de madeira da forma das nossas rolhas.”

Mas refere igualmente que “Também os fazem de chifres, e alguns polvorinhos como os que trouxe para a colecção da Sociedade de Geografia de Lisboa, e que figuro, são por eles ornados servindo-se dos estiletos de ferro sendo os ornatos em alto relevo.”

O objecto em discussão insere-se claramente nesta tipologia, nomeadamente no que toca à decoração da superfície, composta por motivos geométricos entalhados.

À superfície foi também aplicada uma patina de origem vegetal de cor negra, provavelmente óleo de rícino ou *mono*.

O polvorinho atesta a adopção e proliferação das armas de fogo no interior de Angola, um processo intimamente relacionado com a actividade comercial das caravanas e comerciantes Europeus estabelecidos no *sertão*. Estes dispunham de armas e munições para defesa das suas actividades, e para garantir a segurança dos percursos e dos seus enclaves, como as feiras e presídios.

As armas e acessórios com elas relacionados tornam-se não só um mecanismo eficaz de afirmação de poder, mas também (e talvez por isso) símbolos de estatuto social. Henrique de Carvalho refere que, neste período, “Os caçadores em geral, mas sobretudo os Quiocos (Chokwe) não dispensam o seu polvorinho. Não é importante quem não anda sempre com arma e polvorinho.”

Neste caso específico interessa realçar a utilização e significado das tachas em latão amarelo que decoram o objecto. Como já vimos, estas eram utilizadas como moeda por comerciantes e exploradores, sendo depois aplicados pelos africanos na decoração de adereços pessoais ou, como no caso dos Chokwe, na decoração de vários objectos: nomeadamente nos bancos de chefe, espingardas, tabaqueiras, ou neste caso particular em polvorinhos.

O latão, liga de cobre e zinco, foi introduzido em África pelos Europeus, e muito apreciado devido à sua superfície reluzente, de cor semelhante à do ouro. Por essa razão, era comumente empregue nos adornos dos altos dignitários e elites.

4.2.3 Ruto/Luto (Conjunto de Colheres)

Dispomos de poucas informações sobre o conjunto de quatro colheres (nº inv. 874) em madeira recolhidas por Henrique de Carvalho na Lunda.

Sabemos que se trata de uma apropriação de formas Europeias – a cultura material tradicional Lunda, como a da maior parte das sociedades centro-africanas, não as regista antes do contacto com os Europeus.



Fig. 19 – Ruto (colher) – n° inv. 874

O próprio explorador o refere na sua descrição dos objectos, ao afirmar “É uma colher de pau ou de ferro por eles feita, imitação das nossas.” Pouco mais avança, referindo que também se fabricavam colheres de zinco e prata.

As colheres recolhidas, embora de diferentes dimensões, são de um modelo muito semelhante e apresentam o mesmo motivo geométrico (linhas rectas e cruzadas) gravado na pega, o que sugere que os objectos tenham sido produzidos pelo mesmo artesão e provavelmente adquiridas enquanto conjunto.

4.2.4 Péxi (Conjunto de cachimbos)

Na colecção Henrique de Carvalho, encontram-se duas tipologias de cachimbos: os *Péxi* e os *Mu-to-pa*. Os primeiros resultam de uma apropriação das formas europeias, enquanto os segundos têm origem na região.

Os exemplares *Péxi* da SGL apresentam diferentes características formais. Dois são de pequenas dimensões (180mm) e em madeira, compostos por duas peças encaixadas: o tubo e o forninho. Um dos cachimbos apresenta um forninho em madeira entalhada, na qual se encontra gravada a representação esquematizada de um rosto humano. Este forninho foi revestido com chapa metálica (ver fig. 20).



Fig. 20 – Péxi (cachimbos) – nº inv. 880

O terceiro cachimbo apresenta maiores dimensões (325mm), e é também composto por duas peças - um tubo com bocal revestido com o que parece ser fio de cobre e um forninho em madeira entalhada, onde são visíveis motivos geométricos gravados. O depósito tem bordos salientes, revestidos tal como o interior com chapa metálica (ver fig. 21).



Fig. 21– Pomenor do cachimbo de maiores dimensões: forninho em madeira entalhada (à esquerda) e revestimento metálico do forninho (à direita)

O tubo de madeira foi revestido com tecido, ao qual foram cosidas com fio de algodão (?) branco fiadas de missangas de vidro de forma oblonga com cerca de 2mm.

Estas são opacas e de cor branca, vermelha, azul escura, azul clara e preta, tendo sido dispostas de modo a formarem motivos decorativos de carácter geométrico (bandas de cor uniforme ou pontilhada; losangos; formas geométricas irregulares). No tubo foram igualmente inseridos oito anéis decorativos de tecido revestidos a missanga, dispostos em pares e regularmente espaçados. As missangas que cobrem os anéis formam quadrados de duas cores, que se dispõem de forma alternada, criando um motivo semelhante ao xadrez (ver fig. 22)



Fig. 22 – Pormenor do revestimento do tubo do cachimbo de maiores dimensões: missangas e anéis de tecido recobertos com missangas.

Henrique de Carvalho faz na sua obra um pequeno apontamento descritivo que parece corresponder a este tipo de cachimbo. Diz-nos que os tubos de certos exemplares “(...) são ornados com anéis grossos de missanga de diversas cores. O depósito consiste num pequeno vaso de ferro de borda larga, o que faz supor ter ele uma capacidade interior muito maior do que realmente o tem.”

Refere ainda que “Há cachimbos feitos segundo o gosto do possuidor, e deles apresento vários exemplares da colecção que enviei à benemérita Sociedade de Geografia de Lisboa.”

Henrique de Carvalho garante-nos que seguiu na remessa enviada para a SGL um pequeno cachimbo “feito em Mataba, de propósito para eu fumar à falta de papel

para cigarros” Não dispomos de dados que nos permitam uma identificação segura deste exemplar. A produção de *péxi*, não só para utilização própria mas também para venda, exigia a intervenção de artesãos especializados, podendo os cachimbos, “(...)em algumas circunstâncias, mesmo de maneira contínua, tornar-se mercadoria nas redes comerciais que asseguram o trânsito do tabaco.”

4.2.5 *Ma-canha/Ru-anda (Embalagem de tabaco)*



Fig. 23 - *Ma-canha (Tabaco)* - n° inv. 879

A planta do tabaco foi introduzida em África pelos Europeus – e sobretudo pelos comerciantes Portugueses - a partir do século XVII, proveniente das Américas. O plantio do tabaco verificou-se primeiro nas áreas de contacto e influência Portuguesas, mas cerca de 1650 este já se verificava um pouco por toda a África, acompanhado pelo hábito de o fumar.

A palavra *ma-canha* designava não apenas o tabaco, mas todas as ervas fumáveis, incluindo as alucinatórias, tradicionalmente utilizadas no espaço Africano. É sobretudo o caso do cânhamo, cujo consumo o tabaco conseguiu suplantar mas nunca extinguir.

Numa primeira fase, a produção de tabaco destinava-se sobretudo a auto-consumo – e isto apesar da sua utilização enquanto moeda de troca ser já testemunhada em 1830, quando o comerciante Português Pedroso Gamitto “recebe de um chefe Cazembe (...) um presente constituído por «pedacinhos de tabaco» e também «escravos, marfim, mantimentos vários, mel» em troca de mercadorias europeias”

Só partir de meados da centúria, o tabaco passa a ser plantado no contexto de uma agricultura de mercado e amplamente comercializado.

O tabaco era, segundo Henrique de Carvalho, produzido de forma muito simples: “secam as folhas ao sol, depois humedecem-no e pisam-no numa espécie de almofariz.” O produto era depois vendido em pequenas bolas ou pirâmides cónicas. A produção de tabaco e quantidades disponíveis variavam muito de região para região – o explorador refere que “No Luambata, a fartura era tanta que comprei trezentas dessas pirâmides por quatro jardas de fazenda. Porém, em compensação, pelo mesmo preço, tal era a falta no Luembe, que apenas se compraram quatro.”

Embora o explorador referira na sua obra a recolha de dois exemplares de tabaco - um de Mataba e outro produzido pelos Tugonbe, “quiocos do sul à margem do rio Ngonbe.” -, só um terá sido integrado no acervo da SGL, uma embalagem de tabaco de forma cilíndrica, formada por uma rede de fibras vegetais dentro da qual se encontra uma pilha de folhas de tabaco secas firmemente enroladas (ver fig. 23).

4.2.6 Lucano-Lua-Muano (Cruzetas de cobre)

Para a SGL recolheu Henrique de Carvalho duas cruzetas de cobre em X, que designa por *lucano-hua-muano*. Este tipo de objecto era produzido em África pelo menos desde o século VIII, sendo o cobre utilizado de mineração Africana, proveniente sobretudo das minas de Katanga, na chamada região centro-africana do *Copperbelt*. Os povos da África Subsaariana atribuíam ao cobre (também designado por “ouro vermelho”) um valor superior ao do ouro branco.



Fig. 24 – Lucano – hua – muano (Cruzeta de Cobre) – nº inv. 912

A raridade das fontes de cobre em África explica, em parte, esta valorização. Maria Conceição Rodrigues propõe uma segunda explicação: para além da raridade, o cobre distinguia-se por ser mais fácil de trabalhar do que outros metais, como por exemplo o ferro. Ao ser valorizado economicamente, o cobre acaba por assumir também toda uma carga social, integrando práticas simbólicas, e transformando-se em sinal de estatuto, marca de prestígio ou até mesmo ingrediente mágico.

Nesse sentido, as cruzetas de cobre eram utilizadas como moeda de troca em transacções comerciais, mas também como forma de pagamento de impostos, de tributos, de compensações matrimoniais. Em alguns casos eram empregues para saldar dívidas de sangue, ou até como insígnias de poder, como no caso dos soberanos Kanyok.

Com a entrada em cena dos Europeus, as cruzetas passaram a ser trocadas por produtos de importação, como as missangas ou coral.

A circulação destes artefactos contribuiu para a formação de um comércio Africano a média e longa distância, que chegou a ligar as zonas do litoral ao centro do continente.

A distância do centro de produção aumentava consideravelmente o valor das cruzetas, bem como o seu peso e tamanho. Às cruzetas de diferentes pesos e tamanhos eram dadas diferentes designações, que variavam de zona para zona. Na Lunda, consideravam - se três tipos: *lukano-lua-txombo* (cruzetas grandes); *lukano-lua-muano* (cruzetas médias, como parecem ser as recolhidas por Henrique de Carvalho); e *lukano-lua-kasese* (cruzetas mais recentes e de menores dimensões).

Pierre de Maret afirma que as cruzetas em circulação em África na segunda metade do século XIX são facilmente identificáveis pelos seus braços, que se dispõem em ângulos mais abertos, e por apresentarem geralmente uma nervura decorativa no centro e/ou ao longo dos braços.

Rodrigues sugere que as cruzetas seriam transportadas pelos carregadores das caravanas em pilhas de quatro ou cinco cruzetas médias, embrulhadas em tecidos de entrecasca, peles ou folhas de árvore.

As cruzetas de cobre circularam por toda a África até finais do século XIX, uma situação a que não é alheio o segredo imposto pelos Africanos em relação à localização

exacta das suas principais fontes de minério. O avanço do colonialismo Europeu em finais de oitocentos e inícios do século XX levará a perda do controlo das minas por parte dos Africanos e a uma redução na produção e circulação destes artefactos.

Os dois exemplares recolhidos por Henrique de Carvalho, agrupados sob o número de inventário 912, são de tamanho médio e, de acordo com o explorador, não eram apenas utilizados como moeda de troca, mas também como matéria-prima para manilhas e fios de cobre.

5. Conservação e Restauro da Colecção

É fácil entrever os problemas postos pela coexistência de uma grande diversidade de materiais e patologias num único objecto. As soluções propostas devem promover um equilíbrio entre as necessidades dos diferentes materiais e a forma como estes interagem no artefacto. Cada objecto deve ser encarado enquanto único, com os seus problemas específicos, o que implica a formulação de uma proposta de intervenção individualizada para cada artefacto.

Um bom exemplo passa pela definição das condições ambientais em que o objecto deve ser acondicionado em reserva ou em exposição. Apesar de existirem recomendações específicas para cada material, aceita-se que a maior parte dos materiais orgânicos devem ser mantidos numa humidade relativa (HR) constante entre os 50% e 60%, e numa temperatura também constante de cerca de 20°C. Estas condições previnem, por exemplo, várias formas de ataque biológico (bolores, insectos), a secagem e deformação de materiais, o desenvolvimento de fissuras, entre outros problemas. Já os metais e o vidro devem, regra geral, ser mantidos numa humidade relativa de cerca de 40% ou abaixo, e em temperaturas entre os 15°C e 20°C, de forma a prevenir o desenvolvimento ou agravamento de problemas como oxidação ou a *doença do vidro*.

A exposição à luz apresenta igualmente desafios: se a maior parte dos materiais inorgânicos (pedra, metal, vidro) e alguns materiais orgânicos, como a madeira e o couro cru, o chifre, osso e marfim podem ser submetidos a níveis de cerca de 200 lux, materiais como os têxteis ou couro tingido não devem ser expostos a níveis de

iluminância superiores a 50 lux. Paralelamente, os pigmentos são geralmente muito sensíveis à exposição à luz, pelo que para evitar o esbatimento da cor nenhum objecto tingido ou pintado deve ser submetido a níveis superiores a 50 lux. É de referir que os danos causados pela exposição à luz (esbatimento de cor, degradação dos materiais, secagem) são cumulativos – ou seja, um objecto específico sujeito a 60 lux no decurso de vários anos pode apresentar danos muito semelhantes aos que teria se submetido a 200 lux durante apenas alguns dias.

Pelo que ficou exposto, a solução passa por um compromisso entre os valores desejáveis para cada material presente no objecto.

Por outro lado, importa lembrar que a diversidade de materiais e técnicas encontrados e a sua convivência no mesmo artefacto são um testemunho físico importante das trocas e contactos que se operavam na Lunda no período em estudo, entre os habitantes locais, os comerciantes e mesmo os membros das viagens de exploração científica.

A necessidade de investigação e contextualização das colecções etnográficas é uma das questões mais prementes e debatidas pela museologia actual. Neste capítulo, procederemos a uma reflexão sobre o trabalho de investigação realizado na colecção Henrique de Carvalho e procuraremos integrá-la nessa discussão mais alargada.

Paralelamente, abordar-se-á a problemática da preservação e conservação e restauro da colecção, à luz das novas perspectivas no processo da sua preservação, exposição e acondicionamento.

5.1 Estudo Preliminar

As tarefas de conservação e restauro de uma colecção museológica deverão integrar um estudo preliminar tão completo quanto possível no que se refere essencialmente: ao contexto de recolha; à história artefactual; aos materiais que constituem os objectos; às condições ambientais em que os objectos têm vivido, e às condições ambientais em que estes deverão ser preservados.

Só assim pode o museu cumprir de forma competente uma das suas metas centrais: a produção, disponibilização e comunicação ao público de informação relativa ao seu acervo.

O objecto etnográfico não constitui uma simples entidade estética – ele é portador de toda uma carga funcional e ritual que é necessário compreender, de forma a que dele se possa ter um completo entendimento e fruição. Esta característica específica dos bens etnográficos obriga a que estes sejam sujeitos uma pesquisa contínua e documentada, num processo que deve acompanhar o objecto desde a sua recolha e integração nas colecções do museu, passando pela exposição ao público e continuando, em muitos casos, para além dela.

Dadas as características deste trabalho, não se procedeu a um estudo etnográfico aprofundado dos objectos, que compete sem dúvida a outros campos de saber e respectivos especialistas. No âmbito da museologia, ligada à conservação, restauro e preservação do objecto etnográfico extra-europeu, o que realmente se procurou foi obter uma informação o mais completa possível sobre os artefactos em análise, de forma a informar as decisões relativas às tarefas de conservação curativa, posterior exposição e/ou acondicionamento em reservas, tendo como objectivo fundamental a sua preservação e fruição futura.

A título de exemplo, apresentamos o objecto com o nº de inventário SGL-883 (fig. 25). À primeira vista, trata-se de uma pequena cabaça em forma de calote esférica, com um orifício de abertura circular e decorada com motivos incisos e tachas de latão. À análise visual, seguiu-se a pesquisa bibliográfica sobre o objecto, o que permitiu identificar a sua designação, função e técnicas de fabrico, através da descrição e informações fornecidas pelo explorador. Este objecto trata-se, assim, de uma “caixa de miudezas”, com a designação original de *ca-txi-tai*, produzida a partir de uma cabaça. A base do colo da cabaça foi cortado rente e removido o miolo. Depois de seca a cabaça foi decorada com motivos incisos realizados com uma faca afiada, posteriormente realçados provavelmente com pasta feita à base de sementes de rícino torrado ou resina queimada.



Fig. 25 - Caixa de miudezas (ca - txi - tai) - n° inv. 883

Hans Fürst refere a importância dos estudos em cultura material enquanto complemento dos registos escritos e orais obtidos na investigação antropológica. O autor não considera os artefactos enquanto fontes mais objectivas de informação, mas defende que estes contêm elementos que muitas vezes “escapam” aos registos tradicionais.

Gaynor Kavanaugh vai mais longe, ao considerar que os registos escritos apresentam muitas vezes uma visão parcial, produzida por uma classe média-alta letrada ocidental. Os objectos etnográficos tornam-se assim indicadores importantes das realidades, ideologias ou até mesmo da posição social de uma imensa massa iletrada ou culturalmente distinta, cuja voz não foi directamente registada para a posteridade.

Neste campo, funcionam como poderosos indicadores os materiais, estrutura e técnicas de construção do objecto, bem como a função e significados que lhe eram atribuídos. Kavanaugh adverte porém que a centralidade não cabe às características e inovações materiais *per se* – o que realmente importa são as mudanças psicológicas, culturais e sociais que estas reflectem.

Com efeito, a ausência de investigação explica que, em muitos museus, as colecções etnográficas permaneçam largamente ignoradas ou desconhecidas, constituindo um simples conjunto de curiosidades exóticas. Outras instituições optam pela interpretação do objecto etnográfico enquanto objecto de arte, avaliado de acordo com critérios estéticos ocidentais, e despindo-o parcial ou totalmente da funcionalidade e significados que lhe foram atribuídos pelo grupo cultural de origem.

Estas opções conduzem muitas vezes a uma leitura limitada dos objectos, uma situação que é agravada pela insuficiência da documentação associada aos objectos no momento da sua recolha – em muitos casos, pouco mais que a designação local, função, localização geográfica e grupo cultural de origem. Hans Fürst concede que esta é uma situação generalizada à maior parte das colecções etnográficas Europeias, explicando-a pela antiguidade das mesmas e pelo amadorismo que então reinava no trabalho de campo etnográfico. No entanto, afirma igualmente a necessidade de dar à documentação de recolha (mesmo que escassa) a devida atenção, de a manter organizada, e de a preservar em condições apropriadas:

Bills, field catalogues, notes, old tabulations, original collector's lists, reference to collection method, and other valuable documentantion should be kept in the archive of the museum. (Fürst 1989: 102)

No caso da colecção Henrique de Carvalho e uma vez que a Sociedade de Geografia de Lisboa teve uma intervenção directa nesta expedição à Lunda, dispomos duma parte importante da documentação original associada à recolha dos objectos. Esta consiste em correspondência do explorador com a SGL, relatórios publicados sobre a expedição, verbetes de inventariação e catálogos contemporâneos da integração dos objectos no espólio do museu. Ao contrário de outros exploradores portugueses da mesma época, Henrique de Carvalho escreveu por seu punho uma vasta obra em sete volumes sobre a expedição, entre os quais destacamos a *Ethnographia e Historia Tradicional dos Povos da Lunda* (1890), que inclui descrições minuciosas dos povos contactados e da sua cultura material. Muitos objectos presentes na colecção da SGL foram descritos nesta obra, sendo a sua função, significados e por vezes técnica de construção registados para a posteridade. Alguns foram reproduzidos nas gravuras que acompanham a obra ou nas fotografias do *Álbum de Fotografias da Expedição Portuguesa ao Muatiânvua* (1890), de que a SGL possui um exemplar.

Através da consulta da documentação disponível, obteve-se uma visão mais completa do que a colecção representa, acentuando-se no decurso da pesquisa a noção de que mais do que uma colecção de objectos Africanos, esta é uma colecção colonial.

Nélia Dias define o termo *colonial* enquanto uma situação histórica e política precisa, associada à expansão militar em territórios não – Europeus, que toma forma na segunda metade do século XIX.

Falamos portanto de um contexto de progressiva dominação política, no âmbito do qual grande parte dos museus e outras instituições Europeias adquiriram objectos de arte, animais, plantas, e artefactos através de uma variedade de meios – pela compra mas também pela apropriação, pelo saque e pela conquista. Neste sentido, Dias defende que o que define um museu ou colecção colonial não é tanto a natureza do acervo, mas o contexto histórico-político em que este foi adquirido, marcado por uma relação nem sempre pacífica entre a metrópole e a colónia ou território em colonização.

A autora refere o modo como as colecções recolhidas em contexto colonial foram utilizadas não apenas enquanto instrumentos de estudo e de divulgação do saber sobre uma realidade distinta, mas também como ferramentas de promoção do processo colonial, quer nas colónias quer na metrópole. A exposição de produtos coloniais (naturais e manufacturados), de espécimes de história natural ou de artefactos e populações provenientes das colónias funcionava como um poderoso mecanismo de propaganda, valorizando o território dominado e promovendo a nação que o sucedera em conquistar.

Moira G. Simpson adverte-nos para o facto das colecções formadas em contexto colonial terem até hoje sido pouco estudadas e compreendidas. Os objectos são geralmente apresentados destituídos do seu contexto de recolha, sem preocupação pela forma como foram adquiridos e sem que se lance o debate sobre questões como propriedade cultural e acesso ao acervo pela comunidade de origem. A autora defende, a nosso ver com completa razão, que:

The attitudes and actions of the colonialists and the deleterious effects of expansionist policies are part of the history of the objects in museum collections and also part of the history of both colonised and coloniser.(Simpson 1996: 25)

Moira Simpson sugere ainda que este tipo de pesquisa permite responder a questões essenciais como:

Who collected the objects and why? Why were only certain types of objects collected? Why was the collector there? What effect did the actions have on the local people? What does this tell us about the attitudes and values of the time? What purpose did the objects serve in their society? What purpose do the objects serve now? How might descendants of the original owners feel about their presence in a museum? (Idem, 1996: 25)

No contexto deste trabalho, procurámos perceber como operava um dos principais implicados no processo – neste caso o explorador Henrique de Carvalho. A ele coube a escolha dos objectos a enviar para a SGL (sobretudo insígnias de poder e utensílios domésticos), a informação sobre o seu significado e funções originais, em alguns casos o seu registo fotográfico. A leitura dos seus textos permitiu-nos perceber o porquê de certas incidências na recolha, a relação estabelecida pelo explorador e membros da expedição com os locais, e sobretudo a visão que Henrique de Carvalho teve do que encontrou – uma visão quer pessoal, quer enquanto Europeu do seu tempo.

Note-se que alguma informação, veiculada pelo explorador, teve de ser rectificada sempre que possível. A título de exemplo, apresentamos o objecto com o número de inventário 889 – um adereço de cabeça designado por *muqui-que*. A descrição que Henrique de Carvalho faz do objecto no *Catálogo Especial* indica que este teria uma estrutura em fibras vegetais. A análise visual do objecto, porém, revelou que a estrutura do artefacto era de facto de pele animal.

Outro ponto importante é-nos avançado por Hans Fürst. Este autor lembra-nos que os objectos, ao contrário das pessoas, são *não-reactivos*, mantendo-se inalterados e sobrevivendo em muitos casos à cultura que os produziu. Constituem assim um registo importante de um momento específico de culturas em permanente transformação. Este ponto reveste-se, como já referimos, de grande importância, se tivermos em conta que tradicionalmente os bens etnográficos nos eram apresentados enquanto representação de comunidades que supostamente viviam uma realidade estática e imutável.

No caso da colecção Henrique de Carvalho, esta noção torna-se ainda mais premente, dado que os objectos foram recolhidos num contexto de mudança no que se refere: aos contactos entre africanos e europeus; aos produtos e vias comerciais tradicionais; à intensificação das viagens de exploração científica; e ainda à alteração do equilíbrio de forças entres os diferentes grupos africanos, com especial destaque para os Lunda e Chokwe. Como referem alguns autores que se propuseram durante década de sessenta do séc. XX, estudar a cultura dos então já designados Lunda-Chokwé, Mário Fontinha, Acácio Videira e Marie-Louise Bastin, estes sofreram um processo progressivo de mudança acelerado, pelo que quando investigadores como depararam inevitavelmente com um cenário muito distinto do encontrado por Henrique de Carvalho quase cem anos antes. A obra de Fontinha e Videira e de Bastin é informativa,

no sentido em que nos permite ter consciência de permanências - há sem dúvida aspectos referidos por HC que são coincidentes nas descrições dos vários autores, e podemos supor que certos materiais e técnicas utilizados na produção dos objectos se mantiveram quase que inalterados até aos anos 70 do século XX. Não nos atrevemos, contudo, a ir mais longe: os Lunda-Chokwe e a sua cultura material, como afirma Bastin na sua obra, são um produto da evolução de dois povos e respectivas culturas que se terão fundido, inseridos no contexto colonial Angolano do século XX - e não já os Lunda e Chokwe contactados por Henrique de Carvalho em finais do século XIX.

Assim, após termos tentado entender qual o contexto de recolha do acervo, passámos à análise dos objectos em si. Procurámos compreender, através da consulta de bibliografia relevante, os diversos materiais encontrados, desde os tradicionalmente africanos (ex: madeira, fibras vegetais, cabaças) aos de importação (ex: contas, missangas, tecido, latão) e o seu processo de fabrico. Procurámos depois identificar técnicas de construção, quer locais quer introduzidas pelo contacto com comerciantes e exploradores.

O resultado deste trabalho foi a confirmação de que, em muitos dos casos, nos encontrávamos perante objectos com múltiplas influências – ou seja, objectos que são essencialmente Africanos, mas que são também o produto de contactos e trocas entre Europeus (comerciantes e exploradores) e os próprios Africanos.

A noção de *objecto híbrido* tem sido muito utilizada pela museografia pós-colonial enquanto forma de quebrar representações tradicionais do objecto etnográfico. Este deixa de ser visto como um símbolo da diferença entre o Ocidente e o Outro, entre o centro e a periferia, para se assumir como transcultural – um sinal de contactos culturais mútuos, continuados e produtivos.

Coombes adverte, porém, que a noção de híbrido apresenta alguns perigos: pode-se cair facilmente no erro de utilizar o objecto para reescrever ou reinventar a história, mistificando-se um passado comum e ignorando-se todo um historial de submissão, violência e confrontos. A tentativa de promover um maior entendimento entre antigos colonialistas e colonizados, com recurso a objectos que materializam contactos e representam uma história comum, é sem dúvida de louvar. Pode-se, porém, cair na tentação de reproduzir um passado de trocas realizada em termos de igualdade, o que raramente foi o caso.

A autora salienta também que esta noção pode ser utilizada para mascarar disparidades no acesso às colecções pelas comunidades de origem. Muitos museus parecem encarar a “celebração” do contacto e do multiculturalismo como suficiente, quando na realidade os grupos culturais de origem ou seus descendentes não são consultados na interpretação, preservação ou exposição dos objectos.

No caso da colecção Henrique de Carvalho, a investigação sobre a componente material dos objectos revelou, como já vimos, um conjunto de artefactos que são produto de influências, de trocas comerciais e contactos. Nesse sentido, estes artefactos enquadram-se na noção de *objecto híbrido* proposta por Coombes.

No entanto, a investigação sobre o contexto de formação da colecção permitiu-nos entender estas trocas comerciais e contactos enquanto meios de construção de um sistema colonial. Como já vimos, a insistência na criação da necessidade dos produtos Europeus entre os Africanos assumia-se enquanto primeiro passo para uma dominação efectiva do território. As próprias viagens de exploração científica, como a de Henrique de Carvalho à Lunda, e as recolhas etnográficas e contactos que estas produzem, se inserem num contexto mais amplo de defesa de zonas de influência em África pelas principais potências Europeias. Essa componente, acreditamos, não pode ser ignorada, mas antes transmitida da forma mais clara e compreensiva possível.

Dadas as directrizes e limitações de tempo impostas pelo projecto, não foi contemplado o contacto com os descendentes dos Lunda, Chokwe e Congo. Parece-nos central a colaboração destas comunidades para uma releitura completa destes acervos, e seria sem dúvida ideal que ela pudesse acompanhar uma reinterpretação futura dos objectos. Seria interessante, no contexto de um outro projecto, estabelecer contactos entre as referidas comunidades, e convidá-las a providenciar informação importante sobre os objectos e seus significados/funções actuais – solicitando-se ainda *feedback* sobre o modo como esses objectos podem ser expostos e mesmo em alguns casos intervencionados.

5.2 Plano de Conservação Curativa e de Restauro (PCCR)

Uma vez explorado o contexto de formação da colecção e analisados os objectos na sua vertente material, demos início a uma avaliação do estado de conservação da colecção, que ainda se encontra em curso.

Tendo em conta que um dos objectivos do *Projecto Explora* é a exposição e preservação deste conjunto, revelou-se necessária uma avaliação global do estado de conservação dos mesmos, que permitisse identificar os principais problemas existentes e encontrar as soluções apropriadas a cada caso. Só assim os objectos poderão vir a ser expostos com um mínimo de segurança e revelar toda a informação desejável – características materiais e estruturais; elementos decorativos e simbólicos; vestígios de uso ritual e/ou funcional.

Tal como já referimos, esta colecção nunca foi alvo de uma acção concertada de conservação e restauro, tendo alguns objectos sofrido intervenções pontuais. Assim, o primeiro passo consistiu em delinear um *plano de conservação curativa e de restauro* (PCCR) para este conjunto.

5.2.1 Intervenções Realizadas

Por *conservação*, entende-se o conjunto de operações e técnicas que têm como objectivo prolongar a vida dos bens culturais. Para esse efeito, os técnicos dispõem de três níveis de intervenção: a *conservação preventiva*, a *conservação curativa* e o *restauro*.

No caso específico da colecção Henrique de Carvalho, as tarefas desenvolvidas centraram-se na avaliação do estado de conservação dos objectos, seguida de acções de conservação curativa. Estas permitiram resolver problemas específicos encontrados nos artefactos (nomeadamente situações em que a degradação dos materiais se encontrava em curso, ou em que existiam sinais de instabilidade estrutural), estabilizando os objectos em preparação para a elaboração, a médio prazo, de um plano de conservação preventiva. Este prevê a reformulação das condições ambientais e físicas em que a colecção se encontra acondicionada e em que virá a ser exposta, não se enquadrando no âmbito deste trabalho.

No que concerne ao terceiro nível de intervenção, o nível do *restauro*, este não foi aplicado aos objectos da colecção em estudo por não se revelar apropriado nem

necessário a nenhum dos artefactos analisados. No passado, as acções de restauro eram muito mais generalizadas e pautavam-se por restituir ao objecto o seu aspecto original, com a substituição total de elementos danificados, recurso ao repinte, entre outras medidas. Actualmente, considera-se que a preservação da natureza original do objecto deve estar na centralidade do trabalho de conservação e restauro – ou seja, ao invés de se procurar restituir ao objecto o seu aspecto inicial, há antes que preservar todos os elementos e características originais do objecto, mesmo que danificados. Estes podem conter informação relevante sobre a história do objecto, e não devem ser eliminados ou substituídos. Apela-se nesse sentido a uma *intervenção mínima* e à utilização de *materiais reversíveis e diferenciados* do resto do objecto (ex: material com uma tonalidade ligeiramente diferente da original). Assim, as áreas de reparação podem ser facilmente identificadas, reconhecidas como tal e removidas caso necessário.

Paralelamente, os materiais de intervenção escolhidos devem revelar-se *estáveis*, de forma a não reagirem quimicamente com os materiais do objecto, agravando a degradação em curso ou produzindo novos focos de degradação.

É no entanto de realçar que o restauro continua a ser praticado, mas apenas ao nível da reconstituição de objectos fragmentados ou com a reintegração de elementos absolutamente necessários a uma interpretação correcta dos objectos.

O nosso plano de conservação e restauro previa, como já foi referido, a avaliação do estado de conservação de cada objecto, seguido da definição e concretização de medidas para fazer face aos problemas encontrados. As medidas podem ser, tal como a conservação, de dois tipos - preventivas e curativas – e são informadas por um conhecimento o mais aprofundado possível sobre os materiais que compõem os objectos, a sua técnica de construção e estrutura. Cada intervenção foi delineada tendo em conta as especificidades do objecto a tratar, e sustentada pela leitura de bibliografia referente ao mesmo e a problemas de conservação semelhantes aos encontrados.

Cada objecto da colecção foi individualmente submetido aos seguintes passos:

- a) *Avaliação do estado de conservação dos objectos e preenchimento do respectivo relatório.*

Cada objecto foi submetido a uma cuidadosa análise visual e fotografado, com especial enfoque nos problemas de conservação encontrados.

Preencheu-se em seguida uma ficha de diagnóstico de estado de conservação, que inclui a identificação do objecto (designação local; função; proveniência geográfica; grupo cultural de origem; n.ºs de inventário e de série; localização na SGL; dimensões; materiais constituintes) e uma descrição por escrito do mesmo.

Inclui ainda uma segunda secção, onde se apontam e descrevem os principais problemas de conservação encontrados. De acordo com os problemas encontrados e a sua gravidade, o objecto recai numa de cinco categorias que definem o estado geral de conservação: *Mau*, *Deficiente*, *Regular*, *Bom* e *Muito Bom*. Uma terceira secção inclui fotografias dos objectos e dos problemas de conservação identificados (ver Anexo II).

b) Proposta de intervenção.

Para cada objecto foi elaborada uma proposta de intervenção. Nesta foram definidas e explicadas as medidas preventivas e/ou curativas julgadas necessárias para melhorar o estado de conservação de cada objecto e solucionar problemas concretos encontrados (ver Anexo II).

c) Realização de intervenção e preenchimento do respectivo relatório (em curso)

Cada objecto foi então submetido à intervenção apropriada. Esta foi devidamente documentada numa ficha de intervenção, que inclui a identificação do objecto, o estado geral de conservação, o início e final da intervenção, e a descrição dos testes e procedimentos seguidos durante a mesma, com a respectiva duração (ver Anexo II).

Foi feito o levantamento fotográfico das intervenções.

A documentação deste processo é essencial para referência futura, ajudando investigadores a distinguir entre elementos originais e reparados/substituídos. É também muito útil para que futuros conservadores-restauradores possam ter um completo entendimento de problemas que se venham a desenvolver nos objectos devido a intervenções anteriores



**Fig. 26 – Remoção de produtos de corrosão de depósito de cachimbo (nº inv. 880):
antes da intervenção (à esquerda) e depois de intervenção (à direita)**



**Fig. 27 – Remoção de camada de goma laca de superfície de cofre de miudezas (nº inv. 873):
antes de intervenção (à esquerda) e depois de intervenção (à direita)**

Segue-se, a título de exemplo, uma tabela com os principais problemas de conservação até agora identificados na colecção Henrique de Carvalho e as soluções adoptadas:

Quadro 3 – Levantamento do estado de conservação de acordo com os materiais

Material	Problemas de Conservação	Solução Encontrada
Missangas de vidro	Sujidade superficial acumulada. Em alguns objectos, o vidro apresentava-se desvitrificado, poroso e quebradiço, com destacamento total ou parcial do objecto (sintomas da chamada <i>doença do vidro</i>).	Limpeza de superfície das missangas com cotonete embebido em etanol. A remoção da sujidade impedirá a progressão da degradação do vidro. Para uma estabilização completa dos objectos, será no entanto necessário um controle efectivo dos níveis de humidade relativa (HR) e temperatura ambiente. Em HR >50% e temperaturas acima dos 20°, a doença do vidro tem tendência a progredir. Propõe-se o acondicionamento e exposição com pacotes de sílica gel, um desumidificante.
Fio de algodão	As missangas encontram-se dispostas em fiadas de fio de algodão, sendo que em muitas áreas este se encontra destacado do suporte de tecido ou quebrado. Esta situação levou à perda e destacamento de missangas do suporte.	Reforço das fiadas de missangas com agulha curva e linha de polyester de uma cor semelhante à do tecido de suporte, aplicando pequenos pontos nas áreas em destacamento. Os fios quebrados foram travados com pequenos pontos com a mesma linha, de forma a evitar o destacamento e perda de mais missangas.

Quadro 3 – Levantamento do estado de conservação de acordo com os materiais

Material	Problemas de Conservação	Solução Encontrada
Tecidos de algodão	Os tecidos apresentam em geral muita sujidade superficial acumulada. Apresentam também sinais de degradação, como escurecimento, abrasões e rasgões.	Limpeza de superfície exposta dos tecidos com aspiração de baixa sucção e pincel de cerdas macias. Reparação de rasgões pela colocação de um segundo suporte num tecido semelhante tingido numa cor similar à original. Estes serão aplicados com uma agulha curva e fio de polyester de uma cor

		semelhante à do tecido de suporte.
Tachas de latão	As tachas de latão encontram-se regra geral ligeiramente oxidadas. No caso de alguns objectos, o <i>i-be-inhe</i> (nº inv. 909) é visível a progressão de produtos de oxidação para os materiais em torno das tachas sob a forma de um halo negro (<i>mu-to-pa</i> nº inv 882) ou a acumulação de produtos de corrosão em torno das mesmas (<i>ibeinhe</i> nº inv 909)	Remoção do halo em torno das tachas da <i>um-to-pa</i> utilizando um bisturi e pincel de cerdas macias. Remoção dos produtos de corrosão em torno das tachas do <i>ibeinhe</i> utilizando um produto apropriado (Picreator Metal Decorroder®). As áreas de maior acumulação foram removidas com um bisturi e pincel de cerdas macias.
Chapa de ferro (?) ou de liga de ferro (?)	Este material foi aplicado como revestimento dos forninhos de cachimbo ou <i>pexi</i> (nº inv. 880). Apresenta-se geralmente oxidado, sendo que em alguns casos é visível a acumulação de produtos de corrosão.	Remoção dos produtos de corrosão na superfície exterior – e por isso mais exposta às condições ambientais - dos forninhos, utilizando lã de aço. O interior dos forninhos não foi alvo da mesma operação, dado que a camada de óxido férrico se encontrava menos exposta, aparentemente estabilizada e por esta conter em todos os casos em análise depósitos de matéria orgânica decorrentes da utilização do cachimbo. Paralelamente, a forma e dimensões do orifício dos forninhos não permitiram uma remoção uniforme e completa dos produtos de corrosão.
Cabaças	Certos objectos produzidos a partir de cabaças (<i>mu-to-pa</i> nº inv 882; <i>lu-bo-co</i> nº inv 873) Apresentam-se recobertos com uma camada de goma-laca, escurecida e que funciona como foco de atracção de sujidade. Apresentam igualmente várias fissuras, que podem progredir e transformar-se em fendas e pondo em causa a estabilidade estrutural dos objectos.	Remoção de camada de goma-laca, utilizando um cotonete de algodão embebido em acetona. Dada a diminuta dimensão das fissuras, não foi possível uma consolidação localizada das mesmas. Optou-se portanto por medidas preventivas, que limitem o manuseamento das fissuras a progressão das mesmas. Serão construídos suportes apropriados quer à exposição, quer ao acondicionamento dos objectos em reserva.

Quadro 3 – Levantamento do estado de conservação de acordo com os materiais

Material	Problemas de Conservação	Solução Encontrada
Marfim	O conjunto de <i>mi-txi-a</i> ou apitos (nº inv. 911) em marfim apresentava grande quantidade de sujidade superficial	Remoção da camada de sujidade superficial acumulada nos apitos de marfim utilizando um cotonete embebido numa solução de sete gotas de Vulpex Soap® em 25 cl de água

	acumulada e algumas fissuras e fendas localizadas. Estas não põem, contudo, em causa a estabilidade estrutural dos objectos.	destilada.
Fibras Vegetais	As fibras vegetais presentes na colecção encontram-se regra geral estruturalmente estáveis, apresentando apenas uma grande quantidade de sujidade superficial.	Limpeza de sujidade superficial utilizando um aspirador de baixa sucção e pincel de cerdas macias.
Pele Animal Tecido Humano	A pele animal, presente na estrutura de vários objectos, apresenta-se regra geral rígida, ressequida, e em alguns casos deformada. O tecido humano (veias humanas) presente na pulseira <i>lu-ca-no</i> (nº inv. 902) apresenta –se igualmente rígido e ressequido.	Dada a localização da pele animal nos objectos em análise (recoberta com outros elementos, como tecido e fiadas de missanga ou contaria; a envolver elementos em madeira) revelou-se impossível a sua humedificação e relaxamento, sem provocar danos nos materiais adjacentes. Optou-se assim pela limpeza de superfície das áreas expostas com um aspirador de baixa sucção, pincel de cerdas macias e <i>wishab</i> . No caso do tecido humano, este encontra-se envolto em várias camadas de pele animal (tripas de cabra). A estrutura do objecto impediu uma humedificação e relaxamento completa do mesmo, pelo que nos limitámos à limpeza de superfície utilizando o método acima descrito.
Couro	Um dos bancos ou <i>ditanda</i> (nº inv. 867) possui um assento em couro. Este apresenta grande rigidez, várias abrasões e sinais da chamada <i>red rot</i> – deterioração do couro, que se traduz em depósitos de matéria e de um pó de cor vermelha intensa.	Procedeu-se à limpeza de superfície com aspirador de baixa sucção e pincel de cerdas macias, o que permitiu remover poeiras acumuladas e os depósitos superficiais de pó vermelho. Seguiu-se a remoção de depósitos de matéria vermelha persistentes utilizando um cotonete de algodão embebido em etanol. O couro foi selado com uma camada de cera microcristalina, de forma a proteger o material do contacto com humidade e poluição atmosférica, que poderiam reactivar a degradação por <i>red rot</i> .

Quadro 3 – Levantamento do estado de conservação de acordo com os materiais

Material	Problemas de Conservação	Solução Encontrada
Madeira	As madeiras da colecção encontram-se, regra geral, em bom estado de conservação. É	Remoção de camada de goma-laca, utilizando um cotonete de algodão embebido em acetona.

	<p>no entanto de realçar que vários objectos foram recobertos com uma camada de goma laca. É também de notar a presença localizada de fissuras e fendas, apesar destas não serem em causa a estabilidade estrutural dos objectos analisados. A excepção será um dos bancos ou <i>ditanda</i> (nº inv. 867), que foi alvo de uma intervenção de conservação e restauro. O objecto apresentava várias fracturas, que foram nessa ocasião realinhadas e reparadas utilizando um adesivo próprio (possivelmente Paraloid B72®). Devido a flutuações na temperatura e HR, bem como à deformação preexistente no objecto, o adesivo terá cedido, provocando novo desalinhamento das fracturas reparadas.</p>	<p>Descolagem e remoção de adesivo presente no banco ou <i>ditanda</i> (nº inv. 867) utilizando um cotonete embebido em acetona. Recolagem das fracturas utilizando cola animal e realinhamento das mesmas com o auxílio de grampos.</p>
--	--	--

5.2.2 Questões Éticas

Não gostaríamos de concluir este capítulo sem referir a importância que as questões éticas colocam à conservação e restauro de algumas colecções museológicas, com especial destaque para o objecto etnográfico.

Cada intervenção curativa realizada na colecção Henrique de Carvalho foi pensada em termos das questões éticas postas à conservação e restauro de bens etnográficos. Stephen Mellor refere a importância de abordar este tipo de cultura material (nomeadamente a de origem Africana) com o devido respeito pela carga ritual dos objectos. Com efeito, muitos objectos podem ter prescrições religiosas associadas, que impedem a sua visualização ou manuseamento por não-iniciados ou por certos segmentos da sociedade. O autor dá o exemplo de uma coroa de contaria Yoruba, a principal insígnia de poder deste grupo cultural, e cujo interior não deve ser visionado por ninguém, incluindo o próprio soberano.

Mellor desafia os conservadores-restauradores a considerarem outras questões éticas pertinentes, e que nos parecem relevantes no contexto deste trabalho. Assim:

Should we secure loose and detached fragments of sacrificial patination on a Bamana Komo headdress, when the amount and thickness of this incrustation are directly related to the degree and effectiveness of its cultural power? Should we mend the shattered arm on a Kongo nkisi figure, when culturally, destroying the object might be the only way to mitigate its unrestrainable power? (Mellor 2001: 3 – 4)

Outros objectos podem ser destituídos do seu poder inerente ou de informação sobre o seu uso pela remoção de patinas funcionais (ex: depósitos de matéria orgânica, resultantes de libações cerimoniais ou do manuseamento do objecto).

As intervenções de conservação e restauro devem ser pensadas de forma a preservarem este tipo de vestígios, bem como reparações realizadas pelos utilizadores do objecto – os chamados exemplos de *restauro etnográfico* – que são um testemunho importante da história de vida do artefacto.

6. Conclusão

No início deste trabalho, propusemo-nos a perceber em que medida o contexto histórico, político, sociocultural e comercial de Angola em finais do século XIX enformou a recolha da colecção Henrique de Carvalho, e as características de que esta se

reveste. Propusemo-nos igualmente a definir os principais intervenientes neste processo.

Ao investir-se num *plano de estudo* da colecção, procedeu-se a uma análise cuidadosa de documentação relativa a este conjunto de objectos. Através do cruzamento da documentação com bibliografia relevante, pôde finalmente inserir-se os artefactos no seu contexto de recolha próprio (Angola do último quartel do século XIX), caracterizar esse contexto da forma mais completa possível, e identificar os principais intervenientes na formação da colecção (os Lunda, Chokwe e Congo; os comerciantes; os exploradores Europeus).

Foi-nos também possível perceber como e porque foram estes objectos recolhidos, o que determinou a selecção dos artefactos enviados para Portugal, bem como a forma como estes eram entendidos por quem os produziu, comercializou e adquiriu, afirmando-se a necessidade de entender o objecto etnográfico não apenas na sua vertente estética, funcional ou simbólica, mas também enquanto testemunho histórico.

Havíamos-nos proposto igualmente a identificar os materiais e tecnologias presentes nos objectos, e a avaliar em que medida estas eram reveladores ou produto de trocas e contactos entre os vários intervenientes. A análise material e estrutural dos artefactos, e a consulta de documentação e bibliografia específica sobre o tema, conduzida no âmbito do supracitado *plano de estudo*, levou-nos a compreender os artefactos ao nível da sua função e significados gerais, mas sobretudo a identificar influências e apropriações de materiais e técnicas importados (missangas e contaria; tecidos; tachas de latão; agulha e linha). Permitiu também identificar alguns objectos utilizados enquanto moeda de troca nos circuitos comerciais (tabaco; cruzetas de cobre). Os objectos assumem-se assim enquanto espaços de contacto entre os vários intervenientes. Assumem-se também enquanto *objectos híbridos*, apresentando características materiais e estruturais apenas possíveis devido às trocas estabelecidas entre Europeus e Africanos, e não apenas produto da realidade Lunda, Chokwe ou Congo.

O *plano de conservação curativa e de restauro (PCCR)* implementado permitiu identificar os principais problemas de conservação da colecção, e divisar as soluções apropriadas a cada caso. Estas foram influenciadas pelos princípios éticos mais actualizados, pelo que o conhecimento previamente adquirido sobre os objectos e o seu

contexto (*estudo preliminar*) teria necessariamente de enformar muitas das decisões de intervenção (ex: preservação de patinas originais).

A importância da conservação (preventiva e curativa) dos bens etnográficos afirmou-se ao longo de todo o processo, tendo em conta as suas características específicas. São de realçar a prevalência de materiais orgânicos, mais atreitos a problemas de degradação, e a existência de muitos objectos compósitos. Estes últimos, em particular, obrigam a que se estabeleça um compromisso entre as medidas interventivas e condições ambientais adequadas aos vários materiais e problemas em presença.

Tendo em conta que se encontra em preparação uma exposição em torno da colecção, este trabalho reveste-se de grande importância, ao promover a produção de conteúdos expositivos e ao garantir a integridade física dos artefactos, permitindo o seu manuseamento e exibição. O trabalho realizado nesta colecção - *plano de estudo e plano de conservação curativa e de restauro (PCCR)* – permitiu-nos obter um entendimento mais completo do que este conjunto de artefactos representa e também das características de que ele se reveste. Permitiu igualmente melhorar as condições de conservação em que a colecção se encontrava, estabilizando processos de degradação em curso e providenciando maior estabilidade estrutural aos objectos.

Finalmente, pode dizer-se que este trabalho confirmou a importância dos estudos museológicos no campo dos bens etnográficos e da sua articulação com um plano de conservação e restauro. Estes dois conceitos tornam-se assim indissociáveis e essenciais para a produção e divulgação de conhecimento válido sobre este tipo de material.

7. Bibliografia

Trabalhos não publicados

Álbum de Fotografias da Expedição Portuguesa ao Muatianvua 1884/1888, de Manuel Sertório de Almeida Aguiar (fotografias) e Augusto Henrique Dias de Carvalho (textos), [1890], Sociedade de Geografia de Lisboa.

Compilação de textos de apoio sobre a tecnologia e conservação e restauro do marfim, compilados por Pedro Santa Bárbara [2001], Oficinas Santa Bárbara.

Trabalhos Publicados

Adornos Africanos como Entidade Cultural (1989). Coimbra: Museu Antropológico da Universidade de Coimbra – Instituto de Antropologia da Universidade de Coimbra.

AREIA, M. L.(1983) – *Angola: os Símbolos do Poder na Sociedade Tradicional*. Coimbra: Centro de Estudos de Antropologia – Instituto de Antropologia da Universidade de Coimbra.

BASTIN, Marie Louise (1961) – *Art Decoratif Tshokwe* in coleção “Museu do Dundo – Subsídios para a História, Arqueologia e Etnografia dos Povos da Lunda”. Lisboa: Diamang

Boletim da Sociedade de Geographia Commercial do Porto (1883), Vol. II. Porto: Typ. De Fraga Lamares.

CALVO, Ana (2003) – *Conservación y Restauración – Materiales, Técnicas y Procedimientos de la A a la Z*. Barcelona: Ediciones del Serbal.

CAPLE, Chris (2000) – *Conservation Skills – Judgement, Method and Decision Making*. Londres: Routledge.

CARVALHO, Henrique Augusto Dias de (1890) – *Ethnographia e Historia Tradicional dos Povos da Lunda*. Lisboa: Imprensa Nacional da Casa da Moeda.

CARVALHO, Henrique Augusto Dias de (1888) – *Expedição ao Muata Yanvo* in *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa* nº 5, pp.476-472. Lisboa: Sociedade de Geografia de Lisboa.

CARVALHO, João Augusto de Noronha Dias de (1975) – *Henrique de Carvalho – Uma Vida ao Serviço da Pátria*. Lisboa: Serviços Gráficos da Liga dos Combatentes.

Catálogo Especial da Sociedade de Geografia de Lisboa (1896). Lisboa: Imprensa Nacional da Casa da Moeda.

COOMBES, Annie E. (1994) – *Reinventing Africa – Museums, Material Culture and Popular Imagination in Late Victorian and Edwardian England*. New Haven and London: Harvard University Press.

DELAROZIÈRE, Marie – Françoise (1994) – *Perles d’Afrique*. Aix-en-Provence: Édisud.

DIAS, Jill R. (2000) – *Relações Portuguesas com as Sociedades Africanas em Angola no Século XIX* in *O Império Africano*, coord. Valentim Alexandre. Lisboa: Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e Edições Colibri.

DIAS, Nélia (1998) – *Musées et Colonialisme: Entre Passée et Présent* in *Du Musée Colonial au Musée des Cultures du Monde*, ed. Dominique Taffin. Paris: Maisonneuve et Larose.

DUBIN, Lois Sherr (1987) – *The History of Beads – from 30.000 BC to the Present*. New York: Abrams.

GATHERCOLE, Peter (1989) – *The Fetishism of Artefacts* in *Museum Studies in Material Culture*, ed. Susan M. Pearce. Leicester e Londres: Leicester University Press.

GRAÇA, Joaquim Rodrigues (1890) – *Expedição ao Muatiânvua* in *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa* nº 8 e 9. Lisboa: Sociedade de Geografia de Lisboa.

FLORIAN, Mary-Lou E. *et al* (1998) – *The Conservation of Objects Made from Plant Materials*. Nova York: The Getty Conservation Institute.

FONTINHA, Mário e VIDEIRA, Acácio (1963) – *Cabaças Gravadas da Lunda* in coleção “Museu do Dundo – Subsídios para a História, Arqueologia e Etnografia dos Povos da Lunda”. Lisboa: Diamang.

FÜRST, Hans Jörg (1989) – *Material Culture Research and the Curation Process* in *Museum Studies in Material Culture*, ed. Susan M. Pearce. Leicester e Londres: Leicester University Press.

HEINTZE, Beatrix (2002) – *Pioneiros Africanos – Caravanas de Carregadores na África Centro-Occidental (Entre 1850 e 1890)*. Lisboa: Editorial Caminho.

HENRIQUES, Isabel Castro (1997) – *Percursos da Modernidade em Angola - Dinâmicas Comerciais e Transformações Sociais no Século XIX*. Lisboa: IICT e Instituto da Cooperação Portuguesa.

JENKINS, J. Geraint (1989) – *The Collection of Material Objects and their Interpretation* in *Museum Studies in Material Culture*, ed. Susan M. Pearce. Leicester e Londres: Leicester University Press.

KAEPLER, Adrienne L. (1989) – *Museums of the World: Stages for the Study of Ethnohistory* in *Museum Studies in Material Culture*, ed. Susan M. Pearce. Leicester e Londres: Leicester University Press.

KAVANAUGH, Gaynor (1989) – *Objects as Evidence or Not?* in *Museum Studies in Material Culture*, ed. Susan M. Pearce. Leicester e Londres: Leicester University Press.

LANDI, Sheila (1999) – *The Textile Conservator's Manual*. Oxford: Butterworth – Heinemann.

MEDINA, João e HENRIQUES, Isabel Castro (1996) – *A Rota dos Escravos – Angola e a Rede do Comércio Negreiro*. Lisboa: CEGIA

MELLOR, Stephen P. (1992) - *The Exhibition and Conservation of African Objects: Considering the Nontangible* in *The Journal of the American Institute of Conservation*, Vol. 31;Artigo 2, pp.3 – 16.

NSONDÉ, Jean (2002) – *Une Communauté Réelle et Mythifiée* in *Le Geste Kôngo*, ed. Christiane Falgayettes – Leveau. Paris : Éditions Dapper

PATTERSON, Carl (1978) – *An Approach to the Conservation of Ethnographical Musical Instruments* in *The Conservator*, Vol. 2, pp. 45 – 48. Londres: UKIC

PEREIRA, Maria Manuela Cantinho (2005) – *O Museu Etnográfico da Sociedade de Geografia de Lisboa – Modernidade, Colonização e Alteridade*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação Ciência e Tecnologia.

REDINHA, José (19..) – *Álbum Etnográfico*. Lisboa: Centro de Investigação e Turismo de Angola.

REYNOLDS, Edward (2002) – *Human Commerce in Captive Passage – The Transatlantic Slave Trade and the Making of the Americas*, ed. Beverly C. McMillan . Washington e Londres: Smithsonian Institution Press.

RIVERS, S. e UMNEY, N. (2003) – *Conservation of Furniture*. Oxford: Butterwoth-Heinemann

RODRIGUES, M. Conceição (2002) – *O Antigo Dinheiro em África – Contribuição para o Estudo da Cultura Material da Idade do Ferro Africana – Manilhas e Cruzetas*. Coimbra: Universidade de Coimbra - Departamento de Antropologia

SANTOS, Eduardo dos (1966) – *A Questão da Lunda*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar.

SANTOS, Maria Emília Madeira (1998) – *Das Travessias Científicas à Exploração Regional em África: uma Opção da Sociedade de Geografia de Lisboa*. Lisboa: Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga/IICT

SANTOS, Maria Emília Madeira (1998) – *Nos Caminhos de África – Serventia e Posse – Angola Século XIX*. Lisboa: IICT.

SANTOS, Maria Emília Madeira (1978) – *Viagens de Exploração Terrestre dos Portugueses em África*. Junta de Investigações Científicas do Ultramar e Instituto da Cultura Portuguesa. Lisboa: Centro de Estudos de Cartografia Antiga/IICT.

SCHILDKROUT, Enid *et al* (1998) – *The Scramble for Art in Central Africa*. Cambridge: Cambridge University Press.

SIMPSON, Moira G. (1996) – *Making Representations – Museums in the Post-Colonial Era*. Londres: Routledge.

SLEEN, W. G. N. van der (1973) – *A Handbook on Beads*. Liège: Librairie Halbart.

STURGE, Theodore (2000) – *The Conservation of Leather Artefacts: Case Studies From the Leather Conservation Centre*. Northampton: The Leather Conservation Centre.

THOMPSON, Garry (2003) – *The Museum Environment*. Oxford: Butterworth - Heinemann





WRIGHT, Margot M. *et al* (2001) – *The Conservation of Beads*. London: Archetype Publications.

WRIGHT, Margot M. *et al* (2000) – *The Conservation of Fur, Feather and Skin*. London: Archetype Publications.

ANEXOS

- **Anexo I - Principais Materiais Presentes na Coleção e a Sua Origem**
- **Anexo II – Fichas de Conservação e Restauro**

ANEXO I -- Principais Materiais Presentes na Colecção e a Sua Origem

Materiais Locais		
Material	Origem	Materiais
Madeira	Lunda	
Fibras Vegetais	Lunda	
Cabaça	Lunda	
Chifre	Lunda	
Barro	Lunda	



		
Pele Animal	Lunda	

Tabela 1 – Coleção Henrique de Carvalho da Sociedade de Geografia de Lisboa
Materiais com origem local


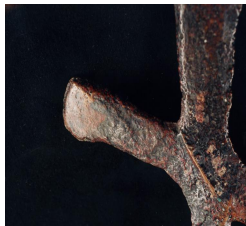
Materiais do Comércio Local		
Material	Origem	Exemplo de material
Marfim	Chokwe?	
Cobre	Katanga?	

Tabela 2 – Coleção Henrique de Carvalho da Sociedade de Geografia de Lisboa
Materiais com origem no comércio local.

Materiais do Comércio Transcontinental

Material	Origem	Exemplo de Material
Contas de vidro	Holanda? Veneza?	
Missangas de vidro	Veneza?	
Tachas de latão	Europa	
Fio de cobre	Europa	
Tecidos	Europa	

Linha de algodão	Europa	
------------------	--------	--

Tabela 3 – Coleção Henrique de Carvalho da Sociedade de Geografia de Lisboa
 Materiais com origem no comércio transcontinental
ANEXO II – Fichas de Conservação e Restauro

1 Critérios de Avaliação do Estado de Conservação da Coleção Henrique de Carvalho

Na avaliação do estado de conservação dos objectos aplicou-se a terminologia de avaliação utilizada no *Programa Matriz*. Os critérios de avaliação são, contudo, da exclusiva responsabilidade da técnica de conservação e restauro.

Muito Bom – objecto em perfeito estado de conservação.

Bom – objecto não apresenta problemas de conservação, encontrando-se química e fisicamente estável. Pode apresentar algumas fendas, falhas e lacunas, ou indícios de ter sofrido ataque biológico, entre outras alterações, desde que nenhuma delas seja muito extensa e desde que o processo de degradação tenha sido travado.

Regular – objecto não se encontra estável; as suas degradações não estão em estado avançado, mas o processo de degradação ainda se encontra activo.

Deficiente – objecto que necessita de uma intervenção de conservação urgente. Por exemplo, um objecto que esteja a sofrer ataque biológico ou que esteja a ser degradado por uma forma incorrecta de colocação em reserva.

Mau – objecto em estado de degradação avançado, com substancial perda de informação.

2 Exemplo de Ficha de Diagnóstico de Estado de Conservação

Ficha de Diagnóstico de Estado de Conservação

Identificação

Designação: Ibeinhe	
Função: Adorno de cabeça	
Colecção: Henrique de Carvalho	Quantidade: 1
Nº Inventário HC: 909	
Nº Série: ?	
Nº Inventário SGL: ?	
Localização na SGL: Reserva	
Proveniência: Angola	
Grupo Cultural: Lunda? Tshokwe?	
Dimensões (C x L x P): 220mm x 200mm x 65mm	
Materiais: metal (latão?), tecido (algodão?), couro, vidro, linha de algodão?	
<p>Descrição: adorno de cabeça de forma circular irregular. O objecto é composto por dois aros de couro (inferior e superior) paralelos, unidos por tiras perpendiculares do mesmo material. O aro de couro inferior não forma um anel completo, ao contrário do superior, no qual é visível o ponto de união entre as duas extremidades do couro. Entre as tiras verticais recortaram-se espaços vazios, produzindo-se um efeito semelhante a uma grade.</p> <p>As tiras de couro foram flectidas, criando um efeito saliente, e revestidas uma a uma com chapa de latão (?), aplicada em três secções, de forma a acompanhar e manter o arqueado do couro.</p> <p>Nos aros de couro foram aplicadas tachas de latão amarelo (?) decorativas.</p> <p>A parte posterior do objecto é fechada por uma tira rectangular de um material que não foi possível identificar, por se encontrar forrado com tecido de algodão (?). De acordo com as descrições do objecto feitas por Henrique de Carvalho, a tira será provavelmente feita de couro, tendo sido cosida ao aro superior e inferior com linha de algodão (?) castanho-escuro.</p> <p>Sobre o tecido estão suspensas fiadas de missangas de vidro opaco vermelho (forma oblonga, 4mm). Os pendentos, que apresentam a forma de lágrimas, foram cosidos ao tecido com linha de algodão (?) castanho -escuro.</p>	

Data do diagnóstico: 16/01/08	Técnico Responsável: Lia Jorge
-------------------------------	--------------------------------

Avaliação do Estado de Conservação

Estado Geral de Conservação: Regular

Sujidade Superficial	Elementos em falta
Depósito superficial de matéria	Elementos destacados
Manchas	Falta de coesão estrutural
Abrasões	Rasgões
Arranhões	Oxidação
Destacamento de material	Corrosão
Destacamento de policromia	Deformações
Fissuras	Materiais ressequidos
Fendas	Descoloração
Fracturas	Alterações cromáticas
Lacunas	Ataque biológico

Outras observações:

Os elementos metálicos do objecto encontram-se oxidados e escurecidos, sendo que em torno de alguns são já visíveis produtos de corrosão. São ainda de notar depósitos de uma matéria branca não identificável na parte interna e externa das tiras de latão (?) Esta será provavelmente um produto de corrosão do latão. A oxidação e corrosão dos elementos parece instável e com tendência a agravar-se, caso não sejam tomadas precauções.

Algumas tachas da parte posterior do aro superior apresentam depósitos de uma matéria branca não identificável, possivelmente tinta.

Está em falta uma tacha de latão (?) no aro superior.

Os elementos em couro do objecto (nos quais se pode talvez incluir a tira na parte posterior) apresentam alguma rigidez, tendo perdido grande parte da sua flexibilidade original.

Imagens

Tipo: digital



Objecto nº inv. 909 – Ibeinhe (Adorno de Cabeça)



Aspecto da parte posterior do objecto, com pendentos de missangas.



Aspecto dos elementos metálicos na parte externa do objecto, com depósitos de matéria branca



Tacha em falta no aro superior do objecto



Produtos de corrosão em torno das tachas



Depósitos de matéria branca (tinta?) nas tachas do aro superior.

3 Exemplo de Ficha de Proposta de Intervenção

Ficha de Proposta de Intervenção

Identificação

Designação: Ibeinhe	
Função: Adorno de cabeça	
Colecção: Henrique de Carvalho	Quantidade: 1
Nº Inventário HC: 909	
Nº Série: ?	
Nº Inventário SGL: ?	
Localização na SGL: Reserva	
Proveniência: Angola	
Grupo Cultural: Lunda? Tshokwe?	
Dimensões (C x L x P): 220mm x 200mm x 65mm	
Materiais: metal (latão?), tecido (algodão?), couro, vidro, linha de algodão?	

Estado Geral de Conservação: Regular

Proposta de Tratamento

Limpeza de superfície do objecto com um pincel de cerdas macias e aspirador de baixa sucção.

Limpeza das contas utilizando um cotonete de algodão embebido num solvente a testar (possivelmente etanol puro) de forma a remover a sujidade superficial mais resistente.

Esta pode ter um conteúdo ácido, que em contacto com a água ou humidade presente no ar poderá promover a deterioração do vidro (*doença do vidro*), devendo por isso ser removida dentro do possível.

Remoção dos depósitos de matéria de cor branca nas tachas utilizando um cotonete de algodão embebido num solvente a testar (possivelmente acetona).

Remoção da camada de oxidação e produtos de corrosão instáveis utilizando um produto químico próprio (Renaissance Metal Decorroder®?) e um pincel e bisturi nas zonas de maior acumulação.

Data da proposta: 16/01/08

Técnico Responsável: Lia Jorge

4 Exemplo de Ficha de Intervenção

Ficha de Intervenção

Identificação

Designação: Ibeinhe

Função: Adorno de cabeça

Colecção: Henrique de Carvalho

Quantidade: 1

Nº Inventário HC: 909

Nº Série: ?

Nº Inventário SGL: ?

Localização na SGL: Reserva

Proveniência: Angola

Grupo Cultural: Lunda? Tshokwe?

Dimensões (C x L x P): 220mm x 200mm x 65mm

Materiais: metal (latão?), tecido (algodão?), couro, vidro, linha de algodão?

Estado Geral de Conservação: Regular

Início da Intervenção: 02/02/08

Fim da Intervenção: 12/02/08

Testes Realizados	Resultados
Teste de solvente - aplicação de cotonete embebido em etanol nas missangas presentes no objecto.	Não foi visível qualquer tipo de solubilidade ou alteração na superfície dos vários tipos de

<p>Teste de solente – aplicação de cotonete embebido em acetona nas tachas com depósito de matéria branca (tinta?)</p> <p>Teste de produto para remoção de camada de oxidação (Renaissance Metal Decorroder®) – aplicação de cotonete de algodão embebido no produto nos elementos metálicos oxidados.</p>	<p>missanga. Não foram visíveis sinais de fugitividade ou manchamento na superfície do tecido. O solvente remove eficazmente a sujidade acumulada.</p> <p>Não se verificou qualquer dano ou alteração na superfície de metal.</p> <p>Não se verificou qualquer dano ou alteração na superfície do metal. A camada de oxidação é progressivamente removida, de forma controlada.</p>
--	---

Intervenções Realizadas	Duração
Limpeza de superfície utilizando pincel de cerdas macias e aspirador de baixa sucção.	1 hora
Remoção dos produtos de corrosão acumulados em redor das tachas com pincel e bisturi, seguida de remoção da camada de oxidação e produtos de corrosão nos restantes elementos metálicos utilizando um cotonete de algodão embebido em Renaissance Metal Decorroder®.	9 dias
Remoção de depósitos de matéria de cor branca nas tachas utilizando um cotonete embebido em acetona.	20 min
Remoção de sujidade superficial persistente nas missangas utilizando um cotonete de algodão embebido em etanol.	30 min
Reforço de fiadas de missangas parcialmente destacadas do suporte utilizando linha fio de polyester Gütermann® e uma agulha curva.	40 min



Aspecto da parte externa dos elementos metálicos do objecto após limpeza de superfície e remoção de produtos de corrosão



Aspecto da parte interna dos elementos metálicos do objecto, após limpeza de superfície e remoção de produtos de corrosão.



Aspecto de tachas de latão após remoção de depósitos de matéria branca



Aspecto final do objecto após intervenção